

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS – UNEAL
CAMPUS III- PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL
CURSO DE HISTÓRIA

MARIA APARECIDA OLIVEIRA DOS SANTOS

**O SOM DO MARACÁ E O SILÊNCIO DA HISTÓRIA: o Toré como autoafirmação
cultural do povo Xukuru-Kariri**

PALMEIRA DOS ÍNDIOS

2017

MARIA APARECIDA OLIVEIRA DOS SANTOS

O SOM DO MARACÁ E O SILÊNCIO DA HISTÓRIA: o Toré como autoafirmação cultural do povo Xukuru-Kariri

Trabalho de Conclusão de Curso. Orientador Prof. Mestre: José Adelson Lopes Peixoto. Do curso de História na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, como requisito parcial de obtenção do grau de Licenciada em História.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS
2017

MARIA APARECIDA OLIVEIRA DOS SANTOS

**O SOM DO MARACÁ E O SILÊNCIO DA HISTÓRIA: o Toré como autoafirmação
cultural do povo XukuruKariri**

ORIENTADOR

Prof. Ms. José Adelson Lopes Peixoto
Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL

EXAMINADORES

Prof^ª. Francisca Maria Neta
Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL

Prof^ª. Deisiane da Silva Bezerra
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/SEMED Igaci

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que me encorajaram nesta caminhada, a Deus primeiramente por dá o dom da vida, segundo meus pais, esposo, irmãos e familiares que de alguma forma me incentivaram a nunca desistir, mesmo nas maiores dificuldades, ao meu orientador e ao povo Xukuru-Kariri.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, sem ele, não somos nada. A minha família, irmãos, principalmente meus pais, Benedito e Terezinha, pelo imenso incentivo e esforço em me ver formada. Ao meu esposo André Rivaldo pelo imenso amor, carinho, atenção e ajuda em todos os momentos, inclusive na elaboração desse trabalho.

Ao meu amigo e orientador Adelson Lopes por ter apresentado esse estudo sobre a História dos Povos Indígena e ter me guiado nessa trajetória, pela confiança, pelas viagens para congressos, orientações e esforço para me ajudar a concluir este trabalho.

Ao Povo Indígena Xukuru-Kariri, por ter proporcionado a escrita desse trabalho com muita paciência, dedicação, principalmente na pessoa de Lenoir Tibiriçá, que sempre esteve disposto a compartilhar seus conhecimentos e permiti-los passar em diante e por ter deixado vivenciar um pouco sobre a história dos povos indígenas.

Ao grupo de pesquisa em História indígena em Alagoas-GPHIAL, pela força, dedicação, os bons encontros que passamos juntos e pela contribuição na elaboração desse trabalho que foi de relevância para conclusão do mesmo.

A todos meus colegas de curso, companheiros de discussões, de aprendizado e de descontração, principalmente meus irmãos que ganhei no curso, um carinho diferenciado, Amanda Antero, Ana Maria e Cícero agradeço pela paciência, amizade e dedicação. Aos meus amigos Saniele, Dheon, Brunenberg pelo carinho e amizade.

A todos os meus professores que fizeram parte de minha caminhada, principalmente os da UNEAL, que não medem esforços para ajudar seus alunos, sempre serão pontos de referência em minha carreira profissional.

Ao motorista de transporte Raimundo pela ajuda, força por ter me ajudada em meus primeiros períodos de faculdade, pois só não desisti do curso por conta de sua ajuda em me dar carona todos os dias sem compromisso. E a todos que contribuíram direto e indiretamente com este trabalho.

E enfim, agradeço a Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, por todos os serviços prestados, bem como todo o seu corpo docente.

O canto é revelador de nossa identidade. Cantando é à nossa maneira de dizer “estamos aqui”. Sobrevivemos e nada vai nos calar! A cada canto nos tornamos mais fortes para continuar cantando nossas culturas e buscando nossos direitos para vivermos com dignidade. Durante milênios, vivemos felizes até chegarem as invasões. Vivemos 500 anos de massacres e perdas irreparáveis como a da nossa língua indígena. Resistimos e, agora, nada vai impedir de continuarmos vivendo por outros milênios, felizes e em paz. (Tânia Xukuru-Kariri)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar e discutir a prática do Toré como identidade cultural do povo Xukuru-Kariri Mata da Cafurna no Município de Palmeira dos Índios - AL, sua invisibilidade, prática e resistência, buscando responder ao problema dessa invisibilidade devido à perseguição forte colonizador. A pesquisa está embasada nos estudos bibliográficos, nas obras dos autores Reis 2000, Mota 2005, Roque de Barros Laraia, Silva 2004, Moreira, Lopes, Silva 2010, Neves 2005, Gerlic 2011, Gurnewald 2010, Arruti 1995, Almeida 2010, Gomes 2011, Hannerz 1997, Heck, Silva, Herbetta 2011, Feitosa 2012, Martins 1994, Mendonça 2000, Moreau 2003, Palitot 2005, Silva 2013, Silva Junior 2007, Oliveira 2006, Bhabha 2014 e os apontamentos de Caminha 1963 para ampliar meu olhar neste estudo. Uma história permeada pelo contato com o europeu criando a necessidade de compreender e enquadrar essas sociedades com a discriminação e o preconceito, foram ignorados pela nossa história oficial e também pelas interpretações dos grandes dominantes europeus. Este contato foi letal para índios por inúmeros acontecimentos foram expulsos deus habitat natural e também foram obrigados a fazerem migrações

Palavras-Chaves: Cultura. Índio. Invisibilidade

LISTAS DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: A chegada dos Europeus no Brasil.....	13
Fotografia 2: Mapa de Alagoas.....	15
Fotografia 3: Cidade de Palmeira dos Índios.....	16
Fotografia 4: Índio Jiripankó (Praiá)	30
Fotografia 5: Praiá dançando Toré.....	30
Fotografia 6: Praiá iniciando o Toré.....	31
Fotografia 7: Praiá dando início o ritual menino do rancho.....	31
Fotografia 8: Índios Xukuru-Kariri dançando o Toré.....	35
Fotografia 9: Entrada para o Ouricuri da comunidade Xukuru-Kariri da Mata da Cafurna.....	36
Fotografia 10: Toré de Chuva	42
Fotografia 11: Toré de Roda.....	42
Fotografia 12: Toré de Buzo.....	42
Fotografia 13: Toré de Corrente.....	42
Fotografia 14: Toré de Passarinho.....	43
Fotografia 15: Coité.....	44
Fotografia 16: Maracá.....	44
Fotografia 17: Flauta.....	45
Fotografia 18: Índios Xukuru-Kariri com o buzo.....	45
Fotografia 19: Índio Xukuru-Kariri usando vestes e adereços tradicionais.....	46

LISTA DE SIGLAS

Sigla 1: SPI – Serviço de Proteção ao Índios.....	21
Sigla 2: SPILTN – Serviço de proteção ao índio e Localização de Trabalhadores Nacionais.....	22
Sigla 3: MAIC – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.....	22
Sigla 4: FUNAI – Fundação Nacional do Índios.....	22

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I: UM DIÁLOGO COM A HISTORIOGRAFIA INDÍGENA: a invisibilidade e a resistência cultural.

1.1 Formação territorial do Município de Palmeira dos Índios.....	14
1.1.2 Histórico do Município.....	16
1.2. Do Silenciamento ao Protagonismo.....	18
1.2.1 TORÉ: silenciar para fortalecer.....	23
1.3 Toré: identidade cultural dos Povos Indígenas.....	24

CAPTULO II: O RITUAL DO TORÉ: o folguedo ritualístico e o bailado performático

2.1. O Desencantamento do Sagrado.....	28
2.1.2. Limites e Fronteiras.....	31
2.2. TORÉ: performance e folguedo de um povo.....	33
2.3. TORÉ: ritual sagrado no Ouricuri.....	36

CAPÍTULO III: TORÉ, UM GRITO DE LIBERDADE ENTRE OS XUKURU-KARIRI - MATA DA CAFURNA.

3.1. O Toré como autoafirmação cultural do povo Xukuru-Kariri.....	38
3.1.1. O Toré na educação diferenciada indígena.....	40
3.1.2 Tipos de Toré praticados pelos Xukuru-Kariri.....	41
3.2.Pratica, Interação e Liberdade no Toré Xukuru-Kariri.....	43
3.2.1 Instrumentos musicais.....	44
3.2.2 Vestes Tradicionais.....	45
3.3. TORÉ: Formas de codificação no universo simbólico.....	47
3.3.1. Desvendando o Toré dos Xukuru-Kariri.....	47

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
----------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS	56
--------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

Com o processo de colonização no Brasil causado pela cobiça dos europeus gerou um inquietamento em alguns grupos indígenas do nordeste brasileiro, neste episódio foram várias as perdas de algumas práticas tanto religiosas como culturais, desde a proibição de seus costumes e rituais e o uso da língua nativa, além disso, sofreram também com a imposição do cristianismo, onde muitos índios tiveram que abandonar ou negar sua identidade para poder sobreviver na sociedade externa à aldeia.

Neste contexto, os povos indígenas ficaram na passividade como forma de silenciamento e de resistência, usufruíram desses disfarces para se proteger das garras do colonizador, além do mais, se adaptaram ao trabalho doutrinário e ao catolicismo imposto pelas missões como forma de sobrevivência. E só através na fé no sagrado que os mesmos conseguiram manter viva sua cultura e reelaboração cultural onde essa prática se encontra no ritual do Toré.

Os Xukuru-Kariri não apresentam diferenças físicas do não índio do município de Palmeira dos Índios. Falam a mesma língua, usam as mesmas vestimentas, frequentam escolas, feiras e igrejas. Em outro olhar em relação aos aspectos culturais e religiosos e o que o separa as duas fronteiras.

Em algumas regiões do Brasil esta diferença se dá pela língua, mas no Nordeste o contato com o europeu propiciou a sua substituição pela língua portuguesa e não existe mais a língua como elemento fronteiro. Apenas alguns vocábulos são usados no ritual e se originam dos vocabulários pronunciados do Tupi. Por conta disso, a religião tornou-se o elemento mais próximo para agrupá-los.

Nesta visão pouco se pesquisa sobre a religião dos Xukuru-Kariri, em virtude do silêncio do índio quanto a questão que envolve Toré e Ouricuri. As poucas informações estão associadas a apresentações públicas nas aldeias e nas festividades das escolas. Na apresentação pública os Torés não têm finalidade religiosa dos Torés executados nos rituais fechados. Entre a comunidade Xukuru-Kariri o Toré, enquanto ritual religioso, é mantido como segredo cultural, longe do não índio. Esse segredo irá fortalecer o grupo e manter uma grande fronteira entre a sociedade envolvente e como forma de manter seus troncos originários guardados apenas para o grupo.

O Toré foi, durante muito tempo, em Palmeira dos Índios, visto pelos políticos como manifestação folclórica, gerando uma valorização cultural na região sendo apresentado na cidade e no município em eventos cívicos. A partir da década de 1980, os Xukuru-Kariri começaram suas reivindicações em prol de seus direitos e demarcação de suas terras, gerando um conflito com o não índio.

No século XX, o Toré tornou-se a principal manifestação cultural dos Xukuru-Kariri formando um perfil étnico para separar o índio do não índio. Foi a partir dessa ideia que o Toré ganhou um dualismo de sentido: um real, religioso e fechado e um Folclórico, apresentado aos não indígenas como forma de criar uma fronteira entre os dois tipos.

A partir de tais reflexões, se procurou configurar os três capítulos deste Trabalho de Conclusão de Curso a respeito da historiografia indígena como meio de valorização cultural. No capítulo I, será apresentada uma a historiografia indígena a partir da invisibilidade e resistência cultural, descortinando uma história criada pelo europeu, colocando o índio como agente ativo da própria história.

No segundo capítulo enfatizamos o Toré como folguedo ritualístico e performático, ou seja, abordamos as diferenças de tal performance no ritual fechado, com cunho religioso e nas apresentações públicas como evento folclórico, apresentado aos não indígenas como forma de reconhecimento identitário ou de alguma festa pública que apenas marca o seu lugar social.

No terceiro capítulo será discutida a prática do Toré na Comunidade Xukuru Kariri, na aldeia indígena Mata da Cafurna, abordando, brevemente, as concepções de Toré entre o grupo, a musicalidade e sua interdisciplinaridade como forma de autoafirmação para povos indígenas e a sua musicalidade como uma transmissão de conhecimento e vibração para agradecer a Tupã (Deus) pelas graças alcançadas.

Contudo, analisamos a trajetória dos povos indígenas, um movimento marcado por lutas e em especial a trajetória da comunidade Xukuru-Kariri Mata da Cafurna, grupo que sofreu no período da colonização e até hoje luta para manter sua cultura e religiosidade, principal ícone identitário para a etnia.

CAPÍTULO I

UM DIÁLOGO COM A HISTORIOGRAFIA INDÍGENA: A invisibilidade e a resistência cultural.

Com a chegada dos portugueses ao território da América, à chamada Nova Terra, descortinou-se um vasto território de florestas belíssimas, habitadas por homens pardos, nus, armados com arcos e setas, criando a imagem de indivíduos sem pudor, alma ou fé, o que justificou a posterior vinda dos jesuítas para salvá-los.

Nesse diálogo historiográfico, podemos perceber a figura que o europeu criou dos nativos ao chegarem nessas terras novas; um nativo com características exóticas, manso e curioso. Tais características aparecem como fundamentais para o processo colonizador que se estabelece a seguir. Convém destacar as narrativas escritas ou visuais tendem a descrever um encantamento do nativo com o europeu; um exemplo disso pode ser observado na fotografia a seguir.

Foto1: A chegada dos Europeus no Brasil



Fonte: <http://deniseludwig.blogspot.com.br/2013/04/arte-em-pinturas-na-historia-do.html>

A imagem transmite uma ideia de muita passividade no contato. Mesmo as diferenças de vestuário, das armas que portam e das embarcações europeias, nada aparece, na cena retratada, que nos leve a pensar em invasão, imposição ou conflito. Tal discurso foi profundamente útil para o profeto de exploração da colônia (implantado a seguir) e redução do nativo à condição de informante, mão de obra e de alma a ser salva.

Nessa ótica, analisamos que esse discurso criado pelo europeu, é uma estigmatização, ou seja, um discurso inverso onde coloca o índio como ser selvagem (porém dócil) e até como animal (pela inexistência de religião, segundo o modelo cristão). Na imagem 01 vemos que os índios não foram hostis com o europeu. O encontro na praia demonstra espanto e admiração; um choque de culturas ou exotismo do olhar, o que evoluiu para estabelecimento de laços com o conquistador. Essa imagem descreve um índio tranquilo por natureza e que soube usar a docilidade como estratégia de sobrevivência diante do inimigo.

Com o início do processo de catequização a Igreja Católica encontrou no nativo a predisposição para a conversão e isso culminou com a destruição de vários elementos das culturas indígenas, chegando inclusive a dizimar alguns povos. Nesse contexto, fatores religiosos e ritualísticos vão se configurar como imprescindíveis para a preservação da identidade e dos elementos que permitem manter viva a cultura nativa.

Por serem vistos como selvagens, pelo homem branco, muitos povos indígenas foram submetidos ao trabalho doutrinário, convertidos em mão-de-obra escrava e muitos se converteram ou se adaptaram ao Cristianismo. Essa implantação mexeu com as suas vidas e através da fé no sagrado, conseguiram lutar e permanecer com sua marca de origem e com seus rituais, elemento de maior importância para os povos indígenas que é externado (no Nordeste) publicamente na prática do Toré, dança ritualística que está presente em todo evento cultural de tais povos indígenas.

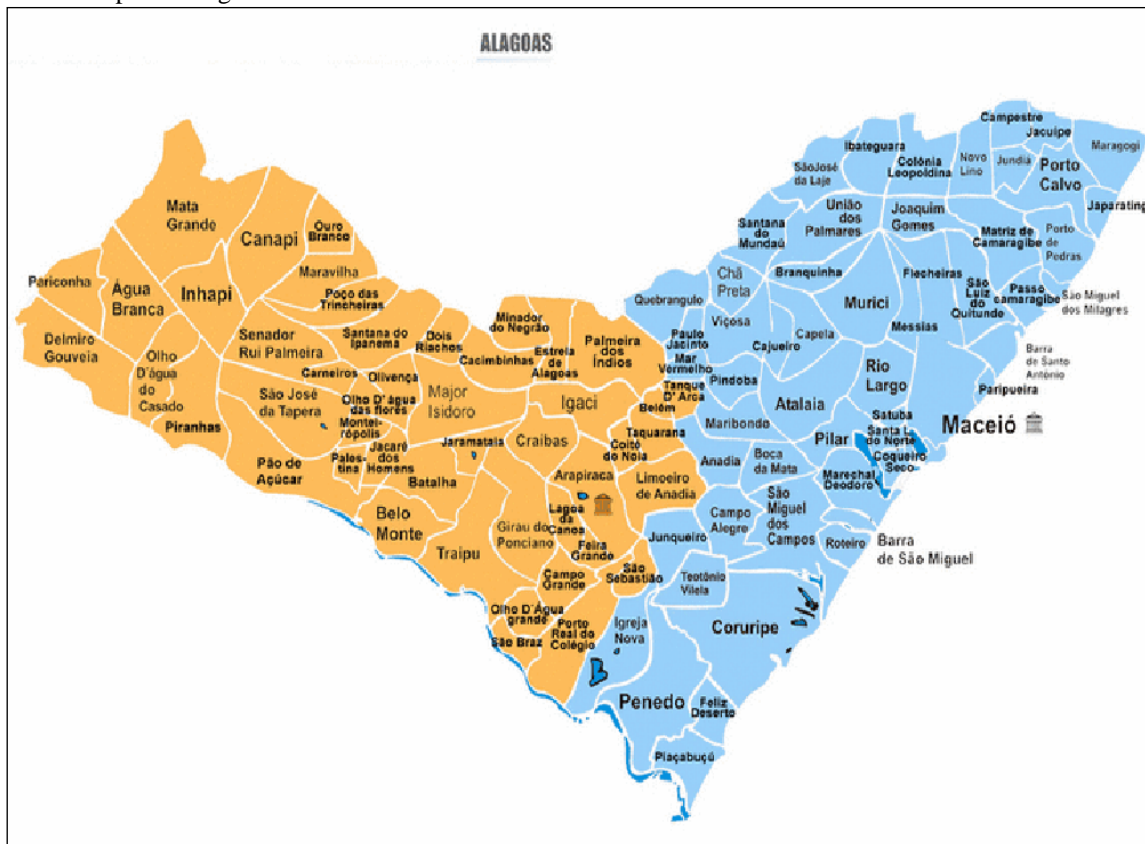
No Nordeste brasileiro, essa situação é muito visível, pois as comunidades indígenas dessa região sofreram com a extinção de seus aldeamentos e com a imposição da cultura europeia, mais do que outros povos de qualquer outra região. Os efeitos da colonização foram intensos e a religião foi à fronteira entre as duas culturas e, pode-se dizer que foi o elemento responsável pela preservação e transmissão da identidade nativa.

Um exemplo disso pode ser observado no Município de Palmeira dos Índios Alagoas, que abriga o povo Xucuru-Kariri que são oriundos dos Kariri da Bahia, (as tribos do Médio e Baixo Rio São Francisco), que se deslocaram para Alagoas no intuito de fugir da ameaça forte do colonizador e permanecerem intactas nas suas tradições, através da comunicação religiosa e cultural do Toré, que foi, no início, rejeitado pelo homem branco, ritual de grande relevância para os povos indígenas do Nordeste brasileiro.

1.1 Formação territorial do Município de Palmeira dos Índios

A cidade de Palmeira dos Índios está situada na mesorregião do Agreste alagoano. O território limita-se ao Norte com o Município de Bom Conselho-PE, ao Sul com os Municípios de Igaci e Belém, a Leste faz fronteiras com Quebrangulo, Paulo Jacinto, Mar Vermelho e Tanque D' Arca enquanto que ao Oeste limita-se com Estrela de Alagoas. Na foto 02 podemos observar o mapa de alagoas com os Municípios na qual fazem fronteira, a mesma é banhada pelos rios Coruripe e Traipu, apresentando um clima tropical semiúmido, contendo versões quentes e inverno razoavelmente frios.

Foto 2: Mapa de Alagoas



Fonte: <http://mapasblog.blogspot.com.br/2011/11/mapas-de-alagoas.html>.

O território possui uma vegetação rica em arbustivas e fruteiras silvestres, um solo muito variado, uma fauna constituída de muitos animais silvestres. Nesse contexto nasceu uma cidade sob disputa pela posse de algumas terras entre o povo Xukuru-Kariri e a população envolvente, na imposição de uma cultura estranha ao panorama nativo, como vemos na imagem a seguir a localização da privilegiada cidade de Palmeira dos Índios.

Foto 3: Cidade de Palmeira dos Índios



Na foto 03, destacamos a localização privilegiada da cidade da cidade de Palmeira dos Índios, que possui dois açudes médios e é cercada por uma rica vegetação e as serras que as cercas são habitadas por pequenos agricultores e por oito comunidades indígenas entre elas do povo Xukuru-Kariri.

Fonte: <http://www.jaenoticia.com.br/noticia/16318/>.

O nome do Município foi dado em homenagem aos primeiros habitantes e à abundância de palmeiras em seus campos. Os indígenas formaram seu aldeamento entre o brejo chamado Cafurna e a serra da Boa Vista para se fortalecerem e ficar distante das garras do colonizador. A palavra Cafurna segundo o dicionário Aurélio significa esconderijo, habitação miserável, caverna, lugar que os índios utilizavam como abrigo. Isso justifica o nome dada a Mata localizada em Palmeira dos Índios e que até os dias de hoje serve de morada para os Xukuru-Kariri.

Palmeira dos Índios enquanto Vila foi criada em 1835 através da resolução nº 10 de 10 de abril, assinada pelo presidente da província, José Machado. O mesmo atendia aos anseios dos moradores que acreditavam num florescimento em curto prazo, mais não previam que esse acontecimento de liberdade política traria uma série de disputas pelo poder e posse territorial, acabando como Identidade nativa da região.

1.1.2 Histórico do Município

Com a chegada dos povos indígenas Xukuru e Kariri ao povoado, supostamente na década de 1740, que depois se transformou em Palmeira dos Índios. Esses indivíduos começaram a desenvolver suas práticas culturais e religiosas e depois de um tempo, habituados com o seu novo habitat, com uma população mais fortalecida e numerosa, tornando-se visíveis e aos poucos, abrindo espaço para a chegada de Frei Domingos de São José, missionário que

chegou a região no intuito de catequizá-los, iniciando o processo que culminou no processo de expropriação das suas terras e na negação da sua identidade.

Em 1770 chegou à região Frei Domingos de São José com o objetivo de converter os índios ao cristianismo. Posteriormente, em 1773, o franciscano obteve de D. Maria Pereira Gonçalves (herdeira da sesmaria de Burgos) e dos seus herdeiros a doação de meia légua de terra para o patrimônio da capela que ali foi construída, sendo consagrado ao Senhor do Bom Jesus da Morte. A escritura foi lavrada pelo tabelião Monoel Pereira da Rocha em 27 de junho de 1773 no cartório da Comarca de Garanhuns. (ANTUNES, 1965, p 11. *Apud* PEIXOTO 2013)

As terras foram doadas, conforme a escritura citada ao Frei Domingos de São José, para que o mesmo desenvolvesse um trabalho missionário de catequese indígena e para a edificação de uma capela para a povoação substituindo o nome do padroeiro Bom Jesus da Boa Morte primeiro padroeiro da região para nossa Senhora do Amparo. Está pequena vila aos poucos foi recebendo comerciantes de outras regiões e formando uma sociedade não indígena, porém na serra mais alta habitava o povo Xukuru-Kariri. Na medida em que o povoado crescia os comerciantes junto com suas famílias iam se estabelecendo e ocupando terras que não lhes pertenciam. E por conta disso o índio foi perdendo a voz e sofrendo grandes humilhações por parte da sociedade não indígena.

Conhecida como a princesa do sertão por estar situada na faixa de transição entre o agreste e o sertão, Palmeira dos Índios tem sua origem explicada em torno de uma lenda sobre o amor proibido entre um casal de índios, os primos Tilixí e Tixiliá da aldeia Xukuru-Kariri. Ela, uma jovem órfã de mãe, dedicava seu tempo aos cuidados do pai que era cego. Na aldeia a jovem se destacava das demais por ser portadora de uma beleza física sem igual. Ele um jovem forte, ágil e bonito na aldeia.

Tixiliá nutria uma paixão forte por seu primo Tilixí, mais antes de demonstrar esse amor ao primo, foi informada pelo pai sobre seu casamento com o cacique a mesma ficou muito triste e inconformada com decisão do pai. Em uma noite muito bonita estava acontecendo um Toré na região para celebrar o fim da colheita e durante este evento os primos se encontraram e através de olhares apaixonados Tixiliá foi ao encontro do amado e lhe ofereceu bebida, Tilixí ao sentir a bebida nos lábios segurou-a pela mão e beijou sua testa.

O cacique ao ver o que estava acontecendo entre os dois primos seus olhares apaixonados e por ter visto o beijo na testa de Tixiliá, ficou inconformado, pois não admitiria nenhuma aproximação de Tixiliá com outro rapaz e principalmente Tilixi por ser considerado um rapaz belo, forte dentro da aldeia e por conta disso decidiu castigar Tilixi, ordenou castigo

com a morte. O índio foi sentenciado a morrer de fome e de sede, amarrados pelos pés e mãos, deitado no solo, longe do aldeamento; o sofrimento durou quase três dias. Quem se atrevesse ajudar sofreria grandes consequências.

Tixiliá desesperada foi ao encontro do Frei Domingos de São José para Plantar uma Cruz para que dela nascesse uma palmeira e sua sombra amenizasse o sofrimento do primo. Tixiliá ao chegar no local ajoelhou-se e pregou a cruz no chão e neste instante foi atingida por uma flecha lançada por Etafé. A índia tombou sobre seu amor e juntos exalaram o último suspiro. No dia seguinte Frei Domingos encontrou uma Palmeira ao lado dos dois. O local que serviu de abrigo para a tão bela história de amor serviu de alicerce para a edificação da cidade de Palmeira dos Índios.

Com o passar do tempo a cidade se modificou e devido ao crescimento da população o povo Xukuru-Kariri se dividiu em 9 aldeias: Aldeia Fazenda Canto, Mata da Cafurna, Cafurna de Baixo, Coité, Capela, Boqueirão e Amaro, Riacho Fundo e Jarra. De acordo com Lenoir¹Xukuru-Kariri, 2017.

Hoje somos aproximadamente, 122 famílias aldeadas fazendo no total 715 pessoas, vivemos da agricultura, artesanato e de outros trabalhos temporários na aldeia, como servente e pedreiro. Mais a cultura para nós é muito forte porque é da cultura que nós tiramos a nossa saúde. E através do artesanato a gente tira o meio de sobrevivência; aproveitamos as sementes e os pedaços de madeira, que não servem mais, para sobrevivermos melhor. É através da cultura que somos convidados a fazer parte das festas nas escolas e o mesmo nos favorece um contato com outras pessoas.

Nas palavras do índio do Povo Xukuru-Kariri percebemos como sobrevivem as famílias nas aldeias, tirando a maior parte de seu sustendo da agricultura e do artesanato usado como instrumento principal para se identificar como índios. Por um lado, o artesanato lhes garante sobrevivência, por outro, ajuda a criar a imagem do exótico.

1.2 Do silenciamento ao protagonismo

No século XVI o contato com o europeu e as missões católicas culminou com a extinção de vários povos indígenas, causada por inúmeros acontecimentos, ou seja, foram expulsos de seu habitat natural, perseguidos, obrigados a fazer migrações e alguns fugiram para lugares que

¹ Entrevista realizada no dia 4 de abril de 2017, às 8h 30min, na Aldeia Mata da Cafurna, em uma manhã com pancadas de chuvas, na residência do senhor Lenoir Tibiriçá.

consideravam seguros. Esse contato com o europeu e com a igreja trouxe a invisibilidade de vários povos, o que de acordo com Moreau:

É gente que nenhum conhecimento tem de Deus, nem ídolos fazem tudo quanto lhes dizem. Trabalhei por tirar em sua língua as orações e algumas práticas de nosso Senhor, e nem posso achar língua que m'o saiba dizer, porque são eles tão brutos que nem vocabulário tem. (MOREAU, 2003, p.113).

De acordo com essa descrição, a construção da imagem que o europeu construiu do nativo como indivíduo sem fé e sem religião, o que justificou o intuito das missões em salvar aquela gente e através, dos ensinamentos religiosos, fazer com que eles incorporassem o Cristianismo e, conseqüentemente se salvassem. Esse foi o pano de fundo para justificar a criação das Missões, reduções e dominação.

Vale ressaltar que os indígenas adotaram a passividade como forma de silenciamento, usufruíram de boa parte da cultura europeia, porém usando de disfarces como a invisibilidade de suas práticas e a passividade de algumas ações como estratégia para poder manterem sua cultura. Por isso, muitos fugiram e cruzaram os sertões em busca de refúgios, se instalaram em lugares altos para fugir da ameaça forte do colonizador e preservar seus traços culturais. Um exemplo é o ritual do Toré que se manteve até os dias de hoje. Nessa ótica, principalmente no Nordeste brasileiro, elaboraram várias formas de sobrevivência política, econômica e cultural e entre elas a do silenciamento e da invisibilidade, pois de acordo com Silva Junior.

A perspectiva da invisibilidade correspondia a não deixar evidenciar a pertença a um grupo étnico, para não sofrer, ou minimizar, perseguições em nível local. Ela foi uma retração aparente dos índios, ou seja, um recuo estratégico ao enfrentamento aberto com a sociedade envolvente. Esta invisibilidade pode ser interpretada como sendo aparente, circunstancial e momentânea, pois a elaboração e utilização dessa estratégia consideravam, além as diferenças formas de relacionamento dos índios com a sociedade envolvente, os distintos momentos desta relação. (SILVA JUNIOR 2007, p.19).

Neste contexto, a ideia de invisibilidade era tida como estratégia para permanecer e sobreviver em seus locais de origem, vivendo e esboçando um relacionamento superficial com a sociedade do seu entorno, de modo que essa invisibilidade lhe assegurasse as condições necessárias para aguardar o momento de ressurgir e poder reafirmar sua identidade.

A atual presença do Toré em Palmeira dos Índios-AL, Município que abriga o povo Xukuru-Kariri, é um exemplo vivo do uso do silenciamento. Pois esse povo, mesmo reprimido pelo 'homem branco', continuou, mesmo que às escondidas, praticando seus rituais e transmitindo-o às novas gerações, de modo que tal prática não ficasse esquecida. De acordo com Silva Junior.

Alta madrugada. O Toré, ritmo marcado em caixas de fósforos, á meia luz, nos fundos de uma casa na periferia da cidade de Palmeira dos Índios, agreste alagoano, varava a noite, despercebido pela sociedade palmeirense. A vizinhança não desconfiava, mas ali estava sendo escrita parte da história dos Xucuru-Kariri. (SILVA JUNIOR, 2007 p.32).

O Toré passou a ser praticado em silêncio, descartando, provisoriamente alguns instrumentos e utilizando-se de outros instrumentos e métodos com o intuito de resguardar seus conhecimentos para transmiti-los às gerações futuras, ou seja, procuraram realizar seus rituais sem fazer barulho, à meia luz, nos fundos dos quintais das casas. Dessa forma, a estratégia foi tão importante quanto a fé para assegurar a existência de um grupo étnico e para preservar os costumes.

No período de silenciamento no século XIX dos povos indígenas deu origem a inúmeros acontecimentos e embates com o homem branco, desencadeando perseguições, hostilizações e a afirmação de que não existiam mais índios na sociedade, um discurso europeizado que negava às comunidades indígenas e sua identidade. De acordo com Paraiso,

Essa trajetória é comum a muitos povos indígenas do Nordeste. Foram eles que sofreram os primeiros impactos da colonização e viveram todas as etapas propostas pelo Estado português e brasileiro que tinham como únicos propósitos conquistar suas terras, aldear e escravizar e destruir sua cultura para transformá-los em trabalhadores dóceis a serviços dos projetos Colonizadores. (PARAISO *apud* NEVES, 2014, p.44).

De acordo com a descrição, a estigmatização que o europeu criou do nativo, percebe-se um ser cheio de estereótipos, a quem foi negada a sua origem e o direito às suas terras, ou seja, tirou-lhe a concepção de pertencimento à sua região. Como afirma Melatti, “Na verdade o Brasil se formou à custa da conquista dos territórios indígenas. Antes que se formasse o Brasil, as populações já existiam no continente. As fronteiras do Brasil foram traçadas sem tomar em conta a posição das sociedades indígenas”. (NEVES, 2014, p. 44).

Nesta afirmação, observamos a presença indígena antes da formação do território brasileiro, um lugar já habitado por povos indígenas, porém as suas fronteiras foram marcadas pela presença do europeu, tirando o índio das suas terras, da sua história e levando-o a incorporar expressões culturais da Europa. Diante do cenário, imposto pelo contato da colonização, outros fatores apareceram para confirmar que através da invisibilidade, os povos indígenas passaram a lutar em prol de seu reconhecimento identitário. Porém, nesse episódio o homem branco ainda insiste em destruir a história indígena, usando como forma de destruição a extinção dos aldeamentos.

Os índios do Nordeste brasileiro, no século XIX, foram considerados misturados aos nacionais pelo governo provisório e, por isso, muitos povos tiveram seus aldeamentos extintos, como estratégia do governo para integrá-los à sociedade para que o índio não apresentasse qualquer reivindicação de direito à terra. Era uma forma de dar-lhes a nacionalidade ao tempo em esse ato os silenciava, pois se eram iguais legalmente, não podiam reivindicar direitos diferenciados ou específicos. Era, na prática, uma forma de extingui-los.

Em 1910 com o advento da República foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que tinha como finalidade controlar e, de certa forma, atender às necessidades do desenvolvimento econômico dos povos indígenas e foi criado também por conta de constantes conflitos entre índios e a sociedade. Essa história é caracterizada pela forma de resistência e permanência dos indígenas em seus locais de aldeamentos extintos, justificando a criação e a presença do SPI.

No processo de extinção dos aldeamentos teve uma grande vantagem para o Estado, ou seja, a promessa de que não haveria mais índios para o Estado se preocupar. Essa extinção representava um processo de integração dos índios, principalmente em seus territórios, em um trabalho escravo, o que justifica o fato de muitos proprietários lutarem por aquelas terras. A adoção de estratégias de invisibilidade também aconteceu com o processo de proletarianização étnica, ou seja, depois da extinção dos aldeamentos o índio teve que fazer parte do sistema capitalista por meio de sua força de trabalho. Então, teve que continuar em seu espaço como forma de silenciamento para não perder o seu contato com a terra, como explica Silva Junior.

É da razão do sistema capitalista desapropriar todo meio de produção. Ao se desapropriar da terra, o índio perde o ponto central de sustentação material. Para sobreviver, o índio teve de lidar com interesses do capital e ser transformado em reserva de mão-de-obra. Esta é uma das formas, preferencialmente, a partir da qual dá-se a continuidade da sociedade indígena em confronto com o capital; ou seja, ele estará como trabalhador e despossuído de terra. (SILVA JUNIOR, 2007 p.19-20).

De acordo com essa afirmação, o índio permaneceu em seu ambiente de trabalho como estratégia para não perder o direito à posse da terra, pois para o sistema capitalista desapropriar as terras é perdê-las; por isso os índios resistiram e padeceram com trabalho escravo para não perder suas terras. Diante desse processo, vale lembrar da história de várias etnias em busca de reconhecimento, entre elas podemos citar os Pankararu, os Kambiwá e os Xukuru-Kariri do município de Palmeira dos Índios AL, que em 1937 iniciaram uma mobilização em busca do reconhecimento e da implantação de posto do SPI na aldeia, porém tal serviço só foi instalado em 1952 na sua área. Tal instalação visava o fortalecimento das reivindicações pelo direito a terra. Como enfatiza Gomes:

(...) a presença do órgão indigenista permite que antigas queixas e conflitos fundiários de comunidades descendentes de aldeamentos indígenas extintos desde os anos 1870 convertam-se sucessivamente, por meio de um circuito tradicional de relacionamentos intergrupais, em uma série de emergências étnicas entre 1935 e 1944 (GOMES *apud* ARRUTI, 2004: 241).

De acordo com essas ideias podemos compreender a importância que os grupos indígenas atribuíam ao fato de ter um órgão ‘protetor’, o SPI, pois essa existência preconizava a garantia de direitos e mais visibilidade para os seus aldeamentos; com isso, os grupos passaram a assumir uma postura mais incisiva e atuante frente às suas necessidades e aspirações. Com o passar do tempo, os Xukuru-Kariri passaram a externar aspectos da sua cultura como forma da sociedade perceber que esse povo possui uma identidade que o caracteriza; para isso, algumas aldeias começaram a realizar apresentações da dança do Toré, aos não índios, como um símbolo identitário de suas etnias.

Além da presença do SPI temos o regulamento do SPILTIN e o MAIC também serviços em prol dos povos indígenas, O SPILTIN foi estabelecido pelo decreto 8.072 em 20 de junho de 1910 que determinava “garantir a efetividade da posse dos territórios ocupados por índios e, conjuntamente, do que neles se contiver, entrando em acordo com os governos locais, sempre que for necessário” (OLIVEIRA, 1947, p 93). Já o MAIC “buscaria junto aos governos estaduais a legalização dessas posses, a confirmação de antigas concessões de terras e a obtenção de terras devolutas para as povoações indígenas”.

Com ênfases nos processos de criação de terras indígenas existentes no diretório fundiário da FUNAI, vemos um levantamento das terras regularizadas pelo SPI, onde se encontram no quadro abaixo atribuídas por regiões, números de reservas e total de Hectares.

Áreas regularizadas pelo antigo SPI

Estados	Números de reservas	Total de hectares
Amazonas	9	5.113 há
Paraná, Santa Catarina	6	84.449 há
Mato Grosso	4	87.259 há
Mato Grosso do Sul	13	31.767 há
Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia	3	10.000 há
São Paulo, Paraná	11	29.328 há
Rio Grande do Sul	8	50.679 há

Fonte: Oliveira Filho, 1983, p 17.

Vale ressaltar que esta historiografia revela o reconhecimento dos índios enquanto agentes ativos no processo histórico, ou seja, usam essas estratégias para continuar com sua

história e poder socializar de geração em geração. Os povos indígenas foram protagonistas dessa nossa história, grupos heroicos que até hoje resistem e buscam ser reconhecidos.

Ressalta-se que quando a dança do Toré é apresentada aos não índios, aos turistas o Toré passa a ter significado cultural e sócio-político, ou seja, não impede, nem promove a perda cultural do grupo étnico, apenas fortalece sua atividade e isso, de certa forma contribui para lhe conferir identidade. Quando a atividade acontece em um espaço reservado da aldeia é caracterizada como um ritual religioso, mundo sagrado da aldeia onde ninguém de fora pode entrar; é um espaço reservado apenas para os índios, por isso que existe um limite e uma fronteira.

1.2.1. TORÉ: silenciar para fortalecer

Os povos indígenas do Nordeste brasileiro são conhecidos por praticar um tipo de ritual conhecido como Toré, laço forte de união do grupo, tornou-se um símbolo de identidade, religião, cultura e reivindicação. É uma dança ritualística, circular marcada por fortes pisadas com o pé direito, acompanhadas pelo som dos maracás. É elencada como marca identitária dos povos indígenas do Nordeste brasileiro, motivo pelo qual sua essência não é apresentada a pessoas não indígenas. Essa interdição se configura salutar para não vulgarizar ou perder a essência desse elemento cultural que caracteriza e fortalece a sociedade indígena, tão silenciada durante anos, mas que se reconfigura para se fortalecer a cada dia.

Nessa ótica, analisamos que o elemento cultural mais importante para esses grupos é a prática do Toré, um ato tanto político, religioso e estético e que está dentro do campo da etnologia dos povos indígenas. É uma dança ritualística executada para agradecer por alguma graça alcançada. Pode ser realizada publicamente, recebendo uma conotação mais performática, folclórica e festiva; ou pode ser limitada ao espaço sagrado do Ouricuri, onde há interdição aos não índios. Sobre a coreografia, Peixoto enfatiza que

Durante a coreografia, o círculo gira sempre para o lado direito para evocar as forças positivas sobre os seus participantes. As mulheres e as crianças dançam fora do círculo principal composto por homens, podendo, em alguns torés, haver formação de pares que desenvolvem um bailado diferente da dança do grupo. Nesse momento, os casais giram para frente, para trás, porém nunca para a esquerda. (PEIXOTO 2013, p.04).

Nessa descrição, observa-se como a dança do Toré se configura nas comunidades indígenas; é uma coreografia que deve conter os passos certos, no sentido determinado, para não atrair forças negativas e, no conjunto, cada indivíduo tem seu papel na performance, havendo momentos e lugares específicos e bem definidos para as mulheres, homens e casais.

É muito significativo para os grupos indígenas, pois se trata de um ritual que foi deixado pelos antepassados, que apesar de terem sofrido com o processo de pré-colonização conseguiram manter, ressignificar e transmitir elementos dessas práticas que se configuram como elemento identitário, como tradição religiosa ou como folguedo executado em momentos de alegria para agradecer a uma dádiva recebida ou até mesmo em momentos de tristeza quando assume o papel de fonte de energia, força e unidade. Através do Toré, muitos grupos indígenas contemplam sua própria existência, situação que Clarice Mota é enfática ao afirmar que:

(...) eu passo a pensar o toré como invenção grupal, como uma forma de essas sociedades se contemplarem sua existência pela fé, não necessariamente religiosa, mas fé no grupo enquanto uma comunidade étnica oriunda das tribos pré-colonização. Percebo o toré, ao interpretar os textos nativos sobre o mesmo e suas performances, como uma tomada de consciência do grupo como algo separado, imutável e indestrutível, que é legitimado por tais performances que acreditam ter sido uma herança dos antepassados. (MOTA, 2005. p. 174).

Neste cenário, o Toré é uma prática religiosa, legada geracionalmente, onde cada indivíduo a adota com a consciência de não deixar esse elemento cultural acabar. Enquanto ritual, tem o poder de dar unidade ao grupo, gerando um clima de harmonia; contribui, ainda para construir laços de amizade e o sentimento de pertença étnica, elementos fundamentais para a vida em grupo.

O Toré foi considerado errado, pecaminoso, politeísta, satânico até instrumento de rebeldia pelos europeus. Por isso, foi combatido pelo colonizador, perseguido pelos jesuítas e missionários, chegando a ter sua prática proibida e seus praticantes perseguidos. A ótica cristã europeia colocava o toré como escudo que dificultava a entrada da igreja e a conversão dos indígenas ao catolicismo. Contudo, com a proibição de praticar seus rituais, muitos povos indígenas preferiram ficar na invisibilidade e no silenciamento, como forma de se fortalecer e manter viva a sua cultura, evitando conflitos, perseguições, prisões e mortes e preservando os elementos que desde aquela época os diferenciava do colonizador e que, a partir da Constituição Federal de 1988, foram usados para assegurar sua saída da clandestinidade e assegurar o reconhecimento étnico e identitário.

1.3. Toré: identidade cultural dos Povos Indígenas

Durante o século XIX vários grupos indígenas ainda continuaram afirmando a sua identidade indígena e reivindicando direitos que a legislação preconiza e que a sociedade e o Estado não efetivam; os anos de silenciamento os obrigaram a aprender a viver lutando por direitos, pela vida, pelo espaço físico que lhe fora tomado e, principalmente por sua identidade

que “É entendida também como construção histórica de caráter plural, dinâmico e flexível” (ALMEIDA, 2010, p.24). Esse processo não só fortaleceu o grupo, como os ensinou, na prática, o quanto a identidade é fluida e ressignificada em cada situação de contato com outras realidades.

Nessa ótica, “entendem-se, hoje, as identidades como construções fluidas e cambiáveis que constroem por meio de complexos processos de apropriações e ressignificações culturais nas experiências entre grupos e indivíduos que interagem” (IDEM). De acordo com autora percebe-se como se formam as identidades de um grupo a partir de suas histórias e experiências vividas nos grupos. Porém essa ideia de identidade não era bem vista pelo estudioso Varnhagen 2000, que negava a identidade indígena pois o mesmo acreditava que os povos indígenas deveriam ter sua identidade entorno da cultura europeia.

A historiografia linear tem registrado as reivindicações dos povos indígenas pelo reconhecimento identitário e pelo respeito a sua cultura diferenciada, mas pouco tem se detido no processo que os silenciou e lhes retirou direitos e liberdade, porém, algumas vezes contribuiu para a criação de uma imagem de selvagem, bestializado e perigoso. Outras vezes, os registros escritos os afastam até da condição de humanos. Varnhagen os descreveu como

[...] uma gente nômade, que vivia em cabildas, morava em aldeias transitórias, pouco numerosas em relação à extensão do território. Violentos de patriotismo. Rodeado de feras e homens-feras não podem nele desenvolver a parte afetuosa da nossa natureza, a amizade, a gratidão, a dedicação. (VARNHAGEN, 2000, p. 35-6).

Foi a partir dessa descrição que percebe-se como a historiografia do século XIX construiu a imagem do índio como um ser selvagem e exótico e este não se enquadrou no modelo de sociedade que o europeu encontrou. Era uma cultura que não deveria está presente no padrão de sociedade do colonizador, pois o seu modo de viver, suas crenças, tipode moradia, organização familiar e social eram muito diferentes. A partir desse pensamento, desenvolveu-se uma história de negação e exclusão do nativo brasileiro, antes mesmo de conhecê-lo.

Por conta dessa imagem construída e descrita por cronistas, missionários e viajantes a historiografia registrou o indígena como um ser negado e silenciado no passado e vítima de descaso, preconceito, espoliação de bens e direitos, no presente. Produziu-se ou reproduziu-se um conhecimento superficial à partir de uma imagem distante da realidade; a sociedade atual fala de um índio que não conhece, nega a identidade que faz parte da história do Brasil e se apega a uma identidade que talvez só tenha existido nas descrições do século XVI. De acordo com Varnhagen:

Esse é o passado do Brasil que deverá ser esquecido ou que não deverá influenciar na construção do futuro da nação brasileira, se preservado. O presente futuro do Brasil

se assentaria em um outro passado, naquele que veio do exterior para pôr fim a essa barbaria e selvageria [...]. Com a chegada do cristianismo, do rei, da cultura da civilização, com a chegada dos europeus a este território, o Brasil surgiu e integrou-se no meio da providência. (VARNHAGEN, 2000, p.36-7).

Pode-se perceber, na transcrição acima, que o autor fala de uma cultura que deve ser silenciada e que não pode fazer parte da nossa sociedade, ou seja, a história do Brasil deve estar ligada ao modelo de cultura pensado pela civilização portuguesa. A cultura nativa se contrapõe ao modelo cristão-europeu que desde o início da colonização brasileira vem sendo depreciada nos escritos de cronistas, viajantes e até de historiadores, como Varnhagem, que defendem a ideia de denominação e até de ‘acabar’ com o que chamavam de barbárie e selvageria.

Esse contexto de negação e estigmatização caracterizaram a história dos povos indígenas do Brasil colonial e não foi diferente no interior de Alagoas (século XVIII em diante) com os Xukuru-Kariri que conseguiram manter a unidade étnica e cultural graças à preservação das suas crenças e rituais, mesmo em situação sincrética de trocas simbólicas com elementos das religiões europeia e africana. Tal sincretismo lhes resultou em hibridismo cultural e na modelagem de um indivíduo novo, fruto do sofrimento e da resistência.

O ritual religioso, denominado de Ouricuri, é a principal marca desse povo e de outros povos do nordeste brasileiro. A expressão Ouricuri é originária do nome de uma planta nativa da região pertencente as famílias das palmeiras, suas palhas servem para fabricar rupas e utensílios. Este ritual acontece em espaço reservado aos indígenas, porém uma pequena parte do ritual vai lentamente sendo exposto a sociedade no entorno da aldeia. Essa parte que é publicizada, caracteriza-se por um bailado circular denominado de Toré. Pode-se afirmar que o ritual fortaleceu o grupo em tempos de silenciamento e de negação e, por sua vez, serviu para criar uma caracterização identitária quem vem sendo mantida e ensinada a cada nova geração.

Segundo Arruti:

A transmissão do Toré não implica no simples ensino de uma coreografia, nem se trata do "resgate" de uma *tradição*, por motivos de preservação cultural, mas fundamentalmente na transmissão de uma força de natureza mágica. "Ensinar Toré", implica na transmissão da "semente", "ensinar o caminho até os Encantados", que o grupo emergente, do seu lugar de ponta de rama, perdeu ao longo das sucessivas misturas a que foi submetido. (ARRUTI,1996, p.65).

Essa transmissão de ensinamentos aconteceu também durante o período de silenciamento dos povos indígenas (correspondente ao Período da Ditadura Militar no Brasil) quando dispersos das suas aldeias conseguiram se fortalecer com a prática do Toré que continuou sendo transmitido (às escondidas) e praticado nos fundos de quintais das residências ou nos centros das matas, longe da interdição do não índio.

Apesar dos Xukuru-Kariri terem passado por um processo histórico marcado por forte influência do colonizador, adquiriram forças e mantiveram a fé nas suas divindades consideradas sagradas e com isso, supriram o processo de invisibilidade imposta pelo preconceito gerado pelo colonizador e perpetuado pela sociedade atual.

CAPÍTULO II

O RITUAL DO TORÉ: o folguedo ritualístico e o bailado performático

O ritual do Toré tem um significado identitário na cultura e na religiosidade dos povos indígenas, caracterizado por músicas, danças ritualísticas, ingestão de bebidas como a jurema que proporciona acesso ao mundo espiritual. Geralmente, para entoar o canto e dançar o Toré, os indígenas utilizam pinturas corporais e artefatos representativos, como o maracá, o cocá e a xanduca, instrumentos essenciais para a realização do ritual.

Esta representação é ressaltada pelos povos indígenas, como a maior vivência sagrada para a etnia; é um momento de prestarem sentimentos de louvor e gratidão para seus antepassados, que souberam usar as forças dos encantados e resguardar a cultura indígena das garras do colonizador.

Diante desse cenário, o Toré passou a fazer parte de várias denominações dentro da aldeia, como no ritual do Ouricuri (espaço sagrado), em rituais no terreiro da aldeia (como a festa de pagamento de promessas), ganhou forças também na sociedade, ou seja, saindo da aldeia para a cidade, sendo apresentado como um folguedo performático para se auto afirmarem como povos indígenas.

2.1 O desencantamento do sagrado

Durante o período da colonização, muitos colonizadores invadiam as áreas indígenas tanto para usurparem suas terras e usar para benefícios próprios, ou seja, destruindo as matas, os rios e parte do seu habitat natural. Por conta disso, a maioria dos espaços sagrados e mágicos foram destruídos. De acordo com João de Páscoa, entrevistado por Arruti:

A cachoeira era um lugar sagrado onde nós ouvia gritos de índio, cantoria de índio, berros, gritos. O encanto acabou porque o governo que assim né.... Eu acho que se o governo quisesse acabá com os índios dentro de 24 horas ele acabava. Ele não acaba por causa dos direitos Humanos, por causa do direito mundial do índio e do ser Humano, porque senão já tinha acabado. Olha, essa cachoeira, quando ela zuava, tava perto dela chovê ou de um índio viajá. E a cachoeira não zuou mais, chove quando que, sem tá.... Acabou-se o encanto dela. Então esse era todo o lugar sagrado que a gente pediu pra preservá, mas.... É a força maior combatendo a menor... Era uma grande cachoeira, de um grande rio, que a gente ouvia os cantos, das tribos indígena, vários cantos de tribos indígenas cantando junto que nem numa festa. Mas hoje em dia não se vê mais nada...aquele encanto acabou. (ARRUTI, 1995 p.144)

Nesta visão, percebe-se que muitos dos locais habitados por grupos indígenas estavam no plano de ordem natural, os terreiros lugares da realização do ritual, são também considerados locais por excelência da construção humana, ambientes criados pelas mãos e pés dos povos indígenas e por isso lhes compete todo o direito pela terra e pelo cuidado de seus encantados, pois o encantado é, para eles, o guia da natureza.

É através da crença no encantamento, materializado nas divindades homenageadas e reverenciadas nos cantos e danças do ritual do Toré, com boa parte das suas práticas executada em segredo, em um espaço reservado da mata desde o período de silenciamento imposto pelo colonizador, que esse povo a utiliza como atividade diferenciada e particular, usada como elemento de reconhecimento identitário. O mesmo é conhecido e praticado simultaneamente em várias aldeias, tendo seu momento público e particular, acontecendo na maioria das vezes como um pagamento de promessas ou como gratidão e reconhecimento de uma dádiva. De acordo com as pesquisas de Arruti,

Nos "Particulares" o ritual é de escala familiar, realizado dentro de casa, reunindo apenas os parentes mais próximos para fumar e beber garapa, situação em que recebem energia dos Encantados e reforçam a união da família. No Particular seriam realizadas consultas aos Encantados sobre a situação de parentes distantes, sobre acontecimentos futuros, seriam feitas consultas sobre o melhor procedimento em situações de conflito. Além disso, seriam realizadas curas, diretamente pelos Encantados, na forma dos Praiá, se eles já tivessem sido "levantados" ou através dos seus "zeladores", se eles ainda não tivessem saído das suas "sementes". (ARRUTI, 1995 p. 150).

Nessa ótica, quando o pagamento de promessa acontece em forma particular vem acompanhado de comida, garapa e fumo para os praiás e convidados, sempre em número pequeno em volta de um círculo dentro de casa e com uma forma mais cerimoniosa.

Se o evento for de caráter público o encantado pode pedir um Toré, porém nessa história se a relação de cura do pagamento de promessa acontecer com uma mulher, o pagamento aos encantados será sempre através de um novo evento particular, mas se tiver sido um homem de qualquer idade, neste caso o encantado pode pedir o canto. Já em um espaço público a presença do Toré é fundamental para iniciar os ritos da festa.

Mas no caso do pagamento com o Toré, a família deve realizar uma festa pública, com gastos relativamente altos, para a qual toda a aldeia imediatamente passa a estar convidada e para a qual serão chamados, na sua forma ideal, todos os Praiás da aldeia. Dependendo da expectativa do Encantado que receberá o pagamento e da disponibilidade material da família devedora, a demora na realização dessa festa pode se arrastar por meses ou anos, até que se tenha conseguido reunir recursos suficientes para a sua realização. (ARRUTI, 1995 p. 150).

O pagamento de promessa com o Toré, a família deve realizar uma festa, com altos gastos financeiros, para que atenda às necessidades de todos os convidados, onde começa logo cedo nas casas da família e segue com o ritual no terreiro. Há eventos que são realizados em um dia, mas pode durar até uma semana ou pouco mais dependendo do avanço do ritual ou do tipo de festa.

Os Praiá dançam o Toré em roda realizando evoluções em oito, sem qualquer liderança visível entre eles. Marcando o seu ritmo, cada um deles balança um maracá

(pequena cabaça redonda à qual se acrescenta um punho de madeira e grãos, para que tenha o efeito de um chocalho) enquanto a música, chamada toante, é cantada por “cantador” ou “cantadeira” que permanece a maior parte do tempo sentado na “cabeceira” da roda. (ARRUTI,1995 p. 154).

Nesta descrição, observamos como sucede esse evento, a participação do grupo, os materiais necessários para a realização e também cada momento seguindo as regras para que o evento saia de acordo com o programado.

Adiante observamos alguns personagens desse evento, as vestimentas utilizadas e os instrumentos para a realização do mesmo, nas comunidades indígenas do sertão alagoano, descendentes do tronco Pankararu. Cabe ressaltar o Toré como o momento esperado para comemorar a disputa do evento e para marcar a abertura do terreiro enquanto espaço religioso.

Foto 4: índio Jiripankó (Praiá)



A foto apresenta uma Praiá Jiripankó exultando a dança do Toré no terreiro e atrás do mesmo o menino do rancho. É uma demonstração pública. Observa-se ao seu redor grupo de pessoas assistindo, as praias fazem uso do maracá elemento importante para dar início o ritual.

Fonte: GUEIROS, Lucas Emanuel Soares (2015)

Foto 5: Praiá dançando Toré



Terreiro Jiripankó para a realização do ritual. Onde os Praiás se reúnem em círculos para começa o evento junto com seus ornamentos e seus instrumentos como o maracá instrumento principal para começar o rito. Observa-se no terreiro apenas a presença de uma árvore na qual as pessoas utilizam por conta da temperatura.

Fonte: GUEIROS, Lucas Emanuel Soares (2015)

Foto 6: Praia iniciando o Toré



Índios Jiripankó iniciando o ritual pagamento de promessas com a musicalidade do Toré. Observa-se o grupo em círculo e em sua mão o instrumento do maracá, elemento essencial para o ritual.

Fonte: GUEIROS, Lucas Emanuel Soares (2015)

Foto 7: Praia dando início o ritual menino do rancho



Percebe-se na foto os ornamentos e as vestimentas das praiás, como: a Rodela que fica em cima da cabeça em um formato de retangular e junto com o penacho que são as penas, em sua face fica a máscara de Tunã, a saia de palha é chamada de saiote

Fonte: GUEIROS, Lucas Emanuel Soares (2015)

É importante destacar a presença do ritual do Toré em todas as comunidades indígenas, do Nordeste Brasileiro, cada uma com seu modo específico de devoção, vestuário ou performance, o mesmo caracteriza-se como criação histórica dos povos indígenas e é considerado elemento indispensável, se não o principal, para o reconhecimento étnico de tais povos.

Diante desses acontecimentos e da perseguição do colonizador, os grupos indígenas, ao se adaptarem em seus territórios formaram uma grande barreira entre a aldeia e a sociedade. Essa barreira é composta por permissões e proibições em torno das suas práticas religiosas, performáticas e identitárias. Essa tomada de decisão trouxe mais tranquilidade quanto a manutenção do seu ritual como segredo religioso e cultural, formando assim uma identidade na qual o não índio jamais conseguiria interferir.

2.2 Limites e Fronteiras

Quando falamos em limites e fronteiras são caminhos que nos separam do que não podemos participar, ou seja, quando um índio fica desaldeado, o mesmo passa a ficar de fora das

atividades que acontecem na aldeia, seu desligamento não lhes dá o direito de participar dos rituais, uma vez que o mesmo é a porta de entrada para o mundo sobrenatural e o ingresso a tal mundo é reservado unicamente aos indígenas que cumprem com algumas obrigações e cuidados morais e espirituais, que está puro, usando o termo dos próprios indígenas.

Outra barreira na vida desses povos é no momento do casamento, se o índio casa com um não índio, este não poderá participar dos rituais, pois é um mundo sagrado e reservado exclusivamente ao seu povo, de onde vem a força e orientações espirituais e não cabe ao não índio este direito ritualístico. Um índio desaldeado ou não, pode tornar-se cristão, mas no mundo indígena esse direito é cercado por uma fronteira que impede a participação de outras pessoas na religião indígena.

Esta proibição favoreceu aos povos indígenas, pois assegurou uma preservação cultural e religiosa; a dança do Toré é uma simbologia que dá força, coragem e proteção e, por isso, povos como os Xukuru-Kariri lutam a cada dia para que esse segredo continue guardado apenas para o seu grupo.

Vale ressaltar que o ritual do Toré que acontece no Ouricuri é um segredo revelado e externado apenas para os povos indígenas e essa invisibilidade garante aos mesmos uma certeza que as futuras gerações irão continuar usando e transmitindo os ensinamentos entre seus descendentes. Entretanto, o Toré é uma marca identitária que os caracteriza como índios e por isso existem limites e fronteiras dentro das aldeias para continuar mantendo esta cultura. O segredo, nesse caso, é a garantia da continuação étnica.

Muitos povos indígenas foram reprimidos por sua religião e por medo de castigos, os rituais passaram a ser praticados às escondidas chegando a ser totalmente secretos. O ritual do Ouricuri, ponto alto da fé indígena é onde os Xukuru-Kariri vão em busca de paz e tranquilidade. É realizado de quinze em quinze dias e para participar os índios devem obedecer algumas regras, por exemplo, fazer jejum por vários dias, abstinência sexual e do álcool, tomar banhos de ervas; essas restrições contribuem para evitar o enfraquecimento do corpo, diminuir a atração de doenças e de males. É um evento reservado apenas para os índios que estiverem aptos, onde nenhum branco ou índio que não tenha seguido as regras pode entrar.

Ao longo do tempo essas concepções de fronteira ganharam forças nos territórios indígenas separando as duas sociedades, porém com o desenvolvimento tecnológico e com o aumento das fronteiras culturais as etnias passaram a fazer parte da sociedade à sua volta, não transmitindo seus segredos, mas tornando sua cultura mais conhecida e se tornando mais valorizada. Nas palavras de Lenoir, (2017):

[...] é através da tecnologia que nós estamos mantendo contato com outras pessoas e hoje nossos filhos e filhas estão tendo o prazer de desfrutar do estudo que desde então não chegava aqui, tem faculdade que hoje já estão chegando né. Tem facilidade de comunicação para o bem da nossa nação, porque é através dessas amizades que buscamos dias melhores é através dessas amizades que buscamos dias melhores para nosso povo. Eu acredito ainda vê essa aldeia reflorestada no padrão que era antes sei que é difícil os animais as plantas que meus filhos não estão vendo mais e fazer esse reflorestamento para passar para nossos filhos o que nossos pais passaram para nós.

É através do contato com a modernidade que esses grupos vão se aperfeiçoando para não perderem seus descendentes e continuar com seus rituais, pois a cultura tem uma essência do passado, porém se a mesma não se adaptar a cultura presente com novos ensinamentos pode correr o risco de se perder. “Nossa existência hoje é marcada por uma tenebrosa sensação de sobrevivência, de viver nas fronteiras do presente”. (BHABHA, 2013, p. 19). Contudo, é importante salientar a importância dos grupos, sempre que possível, saírem de suas fronteiras em busca de novas práticas e conhecimentos para crescer cada dia mais como grupo étnico, não para levar seu segredo mais sim torná-lo conhecido perante a sociedade além das suas fronteiras.

Vale ressaltar que os grupos indígenas continuam em uma vida restrita, no segredo e na união do grupo, em um ambiente propício apenas para os mesmos, mas com um novo olhar, levando sua cultura para além da fronteira da aldeia, conquistando aliados, simpatizantes para melhor assegurar seu reconhecimento e para se auto afirmarem como povos indígenas, criando, assim um recomeço a cada apresentação pública, pois “Uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente”. (BHABHA, 2013, p. 19).

A comunidade indígena de Alagoas atualmente tem seus aldeamentos abertos para visitas e entrevistas, muitas das pessoas da comunidade vão para a cidade e se relacionam com outros tipos de pessoas, porém não levam além do que é permitido pelos dirigentes. Ao entrevistar um dos líderes da comunidade, perguntando por que os indígenas decidiram levar o Toré para a cidade? Ele respondeu que hoje saem da aldeia para a cidade para se apresentar aos não índios como uma forma de se auto afirmarem como povos indígenas e também as pessoas observarem que o mesmo tem uma identidade que deve ser mantida entre os grupos indígenas. Ressalta-se que esse contato não implica na quebra do segredo do grupo.

2.3. TORÉ: performance e folguedo de um povo

O Toré é um ritual simbólico, que serve para expressar a identidade do indivíduo no grupo, pois o mesmo é a ligação com o sobrenatural, com o sagrado, com a cura; através dele se encontram para agradecer aos seus encantados pelo momento, pela alegria e é nele que encontram coragem para vencer o mundo fora da aldeia, pois os povos indígenas ainda vivem a mercê do preconceito que tanto prejudica às suas vidas.

O Toré como “performance cultural” dos povos indígenas é de grande importância para o grupo uma vez que eles depositam toda sua fé no sagrado e durante os festejos, ou rituais, no momento do rito, apresentam características inconscientes passando a ter performances diferentes e isso acontece de acordo com a ocasião, pois para (NEVES, 2005p.130-131) “performance é um conceito interdisciplinar que serve não apenas para o estudo de sociedade ditas complexas, mas também para as chamadas tradicionais”

Nesse contexto, o Toré apresenta várias mudanças sociais, culturais e características que lhes denominam como sociedade étnica, tomando ensinamentos que foram deixados pelos seus antepassados para perpetuarem às gerações futuras, onde através do mesmo o indivíduo passa a refletir sobre sua história e sobre o mundo como cita Tuner, 1987 *apud* Neves (2005):

O ritual é um momento importante de reflexividade do grupo, pois durante o ato performático o sujeito é capaz de refletir sobre si e sobre o mundo. Portanto, o ritual é uma performance transformadora, em que se revelam importantes classificações, categorias e contradições do processo cultural. (NEVES, 2005, p.130)

De acordo com Neves, percebe-se que através do ato performático, o indivíduo entra em contato com seus antepassados e fica mais próximo para refletir sobre seu grupo e sua identidade e essa classificação é de suma importância para a categoria cultural dos povos indígenas.

No momento da dança do Toré percebe-se as performances como um comportamento intensificado, onde contém aspectos ritualístico, repetições de ritmos e que através desses movimentos procuram compreender os gestos, a fala e até o cheiro, como enfatiza Neves.

O rito, quando visto através da performance, adquire um aspecto afetivo e, portanto, é, preciso procurar nele todos os sentidos presentes: os sons, a fala, o cheiro, etc. ou seja, o rito deixa de ser apenas cognição, na qual se ressalta a mensagem, para tornar-se uma experiência multidimensional e multivocal.(NEVES, 2005, p.131).

O Toré é uma dança ritualística que acontece em três momentos; é envolvente através do seu bailado cadenciado ao som de maracás e marcado pelo batido do pé no chão, pela performance simbólica executada em forma circular, aos pares, aos grupos ou individualmente. No primeiro momento o rito acontece no Ouricuri, espaço sagrado reservado apenas para os povos indígenas, momento de cura e libertação onde o não índio não pode entrar

e nem saber o que acontece. No segundo momento, ele acontece na aldeia, em forma de apresentação onde o não índio pode entrar na dança, depois do convite dos dançadores. No terceiro momento, é um folguedo em forma de brincadeira que acontece fora das aldeias em festa públicas quando se apresentam para os não índios.

Ao se apresentarem aos não índios os mesmos passam a divulgar sua marca identitária que é exposta atualmente na sociedade; é, para muitos, um dos elementos do folclore que faz parte da cultura brasileira, e ao se apresentarem fora da aldeia, não correm o risco de perder sua identidade, pois como enfatiza (MOTA, 2005, p.180) “O Toré de brincadeira é aquele que pode apresentar ao mundo de fora-os turistas e estrangeiros-, porque não implica perda do seu direito a um segredo tribal. ”

A imagem a seguir foi produzida em apresentação pública e representa um desses momentos em que a cultura é apresentada sem colocar em risco o sentido ritualístico, mas com o propósito de gerar aproximação com o público que assiste a performance.

Foto 8: Índios Xukuru-Kariri dançando o Toré para os alunos.



Fonte: Acervo pessoal 2016

As variações nos tipos ou modalidades do Toré, com ou sem roupa típica do indígena não tem relação com maior ou menor importância, pois como ritual, o que importa para os povos indígenas e em especial para os XuKuru-kariri é dançar e cantar com fé e devoção e sempre manter viva sua originalidade, como enfatiza Mota.

Existem duas modalidades de toré. O chamado “toré de roupa”, simples forma de lazer, que recebe este nome porque os dançarinos não têm de usar qualquer indumentária especial, podendo participar da brincadeira em trajes comuns, entretanto, há também um toré mais ritualizado, que precede o ouricuri, mas que ao contrário deste, não é secreto. Como não foi dito diversas vezes, o “toré de búzios”, como é chamada esta forma mais elaborada de dançar, “faz parte do segredo, mas não é o segredo: quando dança o toré, a gente lembra do ouricuri”. Por ser, ainda uma dança em que as pessoas se apresentam “travestidas” de índios, de acordo com o modelo criado e legitimado pela sociedade nacional. (MOTA, 2004 *apud* MATA, 2005, p.182-183).

De acordo com a citação, percebe-se a existência de dois tipos de Toré que fazem parte da vida dos povos indígenas e dos Xukuru-Kariri, em especial, onde recebem os nomes porque os índios se vestem para abrilhantar as apresentações, fazendo parte do seu mundo sagrado, chamado de Ouricuri, espaço reservado para os índios, para realizarem seus rituais e agradecer às suas divindades pelas boas coisas na aldeia.

2.4 TORÉ: ritual sagrado no Ouricuri.

O ritual cadenciado do Toré, prática envolvente dos povos indígenas, além da apresentação na aldeia e para os não índios, acontece no mundo sagrado, denominado de Ourucuri, que foi sistematicamente perseguido pelo homem branco e, por conta disso, passou a ser praticado às escondidas, antes de ser totalmente secreto; é através do “santo Ouricuri”² que os índios prestam sentimentos de louvor e gratidão aos seus antepassados, pois este ritual continua sendo uma das maiores vivências sagradas para as comunidades indígenas e em especial para os Xukuru-Kariri. No ritual, recebem força e proteção individual e para a aldeia.

Foto 9: Entrada para o Ouricuri da comunidade Xukuru-Kariri da Mata da Cafurna.



Fonte: Acervo pessoal 2016

O espaço denominado de Ouricuri é um local reservado na natureza próxima a aldeia, esse espaço guarda o segredo do ritual e da forma como são tratadas as doenças. Lá, os participantes encontram a paz e a tranquilidade, por isso justificam a necessidade de mantê-lo

² Termo usado pelos indígenas Xukuru-Kariri

fechado, não admitindo outros povos de fora senão o próprio índio. É a última fronteira entre as duas sociedades. Korã *apud* Moreira, Peixoto e Silva.

O Ouricuri (palavra sagrada) que não podemos revelar muita coisa, lá é onde buscamos força, alegria, amor, paz, saúde e coragem para enfrentarmos esse mundo aqui fora, frequentamos nosso Ouricuri quinzenalmente, mensalmente ou quando sentimos necessidade. Os padres ao chegar para catequizar os índios queriam nos obrigar a seguir a religião deles, mas para nós índios religião é só um rótulo, porque nosso pai Badzér não deixou religião para ninguém, nos deixou sim a nossa mãe natureza onde emite para nós força através do trovão, do ar que respiramos, da chuva que nos molha da lua que nos clareia a noite e o sol que nos ilumina. E é lá no nosso Ouricuri que nós conseguimos entrar em contato com tudo isso da natureza numa maneira especial. (MOREIRA, PEIXOTO, SILVA, 2010, p. 51).

A fala de NhenetyKorã enaltece o grande significado do Ouricuri para os povos indígenas, é, ao mesmo tempo, evento sagrado, marca identitária e espaço de congregação dos mundos físico e espiritual. É lá que praticam os saberes de seus ancestrais e se conectam com a natureza. No Ouricuri são tratadas algumas doenças diagnosticadas como graves; males são curados por Deus através dos encantados e da força das pajelanças.

O ritual do Ouricuri ocorre quase semanalmente e no mesmo trata-se de doenças e celebram a vida e a morte. Dele, só pode participar aqueles membros que estiverem em dia com as suas obrigações, ou seja, não pode ter ingerido bebidas alcoólicas, nem ter mantido relações sexuais, antes de entrar em contato com suas divindades, pois o corpo fica frágil à doenças e outros males espirituais.

Na comunidade Xucuru-Kariri o ritual do Ouricuri é o centro do universo, acontece no terreiro que fisicamente é uma espécie de clareira aberta da mata e espiritualmente é o mundo habitado por suas divindades sagradas, encantadas e invisíveis aos nossos olhos. Esse encontro entre os dois mundos se materializa em uma área particular, destinada unicamente à realização do ritual.

Vale ressaltar outra referência de grande importância no ritual do Ouricuri, o papel da jurema (*Mimosa hostilis*), planta da qual se extrai uma espécie de bebida típica de alguns povos indígenas, preparada em forma de vinho, servida no momento do ritual; para os índios que a consome, tem um papel muito complexo no ritual, uma vez que tem o poder de proporcionar o acesso ao mundo espiritual; outros povos, encontram esse acesso no fumo das xanducas, dos campião ou cachimbos. A fumaça, assim como o chá, tem o poder de fazer a conexão entre os mundos físico e espiritual.

CAPÍTULO III

TORÉ, UM GRITO DE LIBERDADE ENTRE OS XUKURU-KARIRI MATA DA CAFURNA.

O Toré é, para os índios do Nordeste, o principal elemento utilizado como diacrítico identitário, além de ser a marca performática desses povos nas aparições públicas, nas festas dos ressurgimentos e nos eventos festivos dentro e fora do seu espaço territorial na aldeia. Além disso, é seu elemento que promove a união do humano com o sagrado e que se converte em fronteira com o mundo exterior. Por entender o valor simbólico que este momento traduz, não apresentaremos, na abordagem que se segue, nenhum elemento que venha a deixar essa fronteira mais tênue.

3.1. O Toré como autoafirmação cultural do povo Xukuru-Kariri.

A cultura indígena foi alvo da ação política e religiosa portuguesa a partir da chamada “descoberta do Brasil”. Desde então, tem se registrado sofrimentos e perseguições que foram com o tempo sendo superadas pelos povos indígenas, graças a sua persistência, se tornaram fortes na reivindicação dos seus direitos à cultura específica e diferenciada, nos moldes atualmente definidos pela Constituição Brasileira de 1988, nos artigos 215, 231 e 232³.

O contexto de negação e estigmatização caracterizaram a história dos povos indígenas do Brasil e não foi diferente no interior de Alagoas com os Xukuru-Kariri que conseguiram manter a unidade étnica e cultural com a preservação das suas crenças e rituais, mesmo em situação de trocas simbólicas com elementos das religiões europeia e africana. Tal contato e sincretismo lhes resultou em mudanças de comportamento e edição de elementos culturais, um processo denominado de hibridismo cultural que, por sua vez, contribuiu para a modelagem de um indivíduo novo, fruto do sofrimento e da resistência

O Toré entra na história do povo Xukuru-Kariri como elemento indispensável para o reconhecimento de sua etnicidade, como diacrítico identitário muito importante no processo de demarcação de suas terras e pela manutenção de uma autonomia cultural para se afirmarem como índios. Nesse contexto, o Toré ganha uma simbologia para o fortalecimento de uma

³ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC nº 48/2005).

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

identidade. “Eu sou índio porque tenho meu ritual secreto e tenho também Toré”. (CUNHA, 2008, p. 116). Para o povo XukuruKariri, Toré significa TO-som, RÉ-grito (Lenoir, 2017) como uma manifestação cultural.

A história da visibilidade dos Xukuru-Kariri está intimamente ligada a Lenoir Tibiriçá, ex-pajé, oriundo da aldeia Kariri-Xocó, de Porto Real do Colégio, que ao se casar com uma Xukuru-Kariri, passou a integrar esse grupo e, com o tempo inseriu elementos do Toré do seu povo de origem, ressignificando as práticas locais e fortalecendo a noção de sagrado dentro e fora do aldeamento. Com isso, o Toré foi se convertendo na principal marca identitária, conquistando respeito e um lugar de destaque nas aparições públicas do grupo indígena de Palmeira dos Índios, porém, à medida em que assumia esse papel na identidade, foi se convertendo em fronteira no seu terreiro sagrado, no ritual denominado de Ouricuri.

Entre os Xukuru-Kariri, o Toré é praticado por pessoas de todas as faixas etárias, desde as crianças que dançam no colo dos pais aos adultos mais velhos; para os mesmos, cantar e dançar esse ritmo é manter viva a chama da cultura, é comemorar fatos históricos, é momento de cura e libertação. Seus cânticos falam de dor, de alegria, dos pássaros, das árvores, dos encantados, entre outros temas. Muitas das vezes, essa arte musical acontece nos poucos vocábulos que conhecem da língua indígena nativa, como forma de tentar manter viva essa característica da cultura nativa. É definido como algo muito particular, reservado e especial, como se observa no conceito dado por Lenoir Tibiriçá 2017: “O Toré ele é um canto, uma dança onde podemos mostrar ao branco, para nós dizer que temos assim um canto, nós somos índios”.

A musicalidade do Toré entre os Xukuru-Kariri é uma transmissão de conhecimento e vibração para agradecer a Tupã (Deus) pelas graças alcançadas, é uma forma de comunicar -se com os demais membros do grupo, pois seus ritos têm vários significados e interpretações e as letras das músicas revelam muito mistério, como assinala Tânia Xukuru-Kariri:

Para nós, o Toré é uma das principais formas de comunicação dos povos indígenas, tanto com Deus-Natureza quanto com a humanidade. O canto é a principal manifestação pública reveladora de nossa identidade. Cantando é à nossa maneira de dizermos “estamos aqui”. Sobrevivemos e nada vai nos calar! A cada canto nos tornamos mais fortes para continuar cantando nossas culturas e buscando nossos direitos para vivermos com dignidade. Resistimos e, agora, nada vai impedir de continuarmos vivendo por outros muitos milênios, felizes e em paz! (Tânia Xukuru-Kariri, *apud* Gerlic, 2012, p. 19).

Na fala da indígena percebemos que o grupo deposita no canto do Toré às suas esperanças de fortalecimento além de ver essa manifestação como a principal forma de comunicação e reivindicação de seus direitos e reconhecimento étnico na sociedade envolvente. O contato com a música e com os mistérios e encantamentos que ela encerra os fortalece para

sobreviver e não calar diante da sociedade não indígena que os marginaliza, invisibiliza, silencia e retira direitos e ameaça sua continuidade.

O Toré abrange os Xukuru-kariri em diferentes situações e festividades religiosas como as que acontecem em dezembro com a celebração do nascimento de Cristo, no período da semana santa com a celebração da morte e ressurreição, nas atividades comemorativas da identidade no abril Indígena, no mês de junho com as festas juninas. Em qualquer uma dessas festividades tem espaço para uma fogueira e uma roda de Toré, geralmente com a participação de convidados não índios. Fora destes períodos as festas são internas apenas para os Xukuru-Kariri e índios de outras etnias convidadas.

3.1.1 O Toré na educação diferenciada indígena

É importante destacar que além da arte e da religião existe uma preparação para a dança e o canto do Toré pelas crianças, papel destinado a cada família e reforçado nas escolas quem insere as letras das músicas nas atividades de alfabetização. Desse modo, as crianças já conhecendo as letras do canto do Toré, vão aprendendo a ler a escrever a partir de elementos do seu cotidiano. Aprendem, também a diferenciar o significado dos instrumentos e do vestuário a ser usado no ritual, e assumem o designo de crescer na cultura e passar os conhecimentos para as próximas gerações. De acordo com Tânia Xukuru-Kariri,

Uma das práticas do ensino diferenciado é escrever a letra do Toré conhecido por eles. Cantamos o Toré por frase, e exploramos palavras por palavras, falando sempre o nome de cada letra e cantamos sempre o som da sílaba. Dessa forma, as letras que se encontram no texto do Toré são exploradas através de frases em trabalhos de grupo. Existem vários Torés cantados no idioma indígena, que é uma comunicação direta entre nós e Deus. Os que são cantados na língua portuguesa, ajudam a passar nossas mensagens entre nós, indígenas e, também para os não-índios. (Tânia Xukuru-Kariri, apud Gerlic, 2012, p.

A partir dessa descrição, esboçamos uma ideia de como o ensino escolar prioriza o canto do Toré entre os Xukuru-Kariri e o utiliza como uma forma mais fácil para alfabetizar as crianças e desenvolver o sentimento de identificação com a sua cultura local, ao passo em que cumpre o dever institucional de ofertar o conhecimento institucionalizado.

Vale ressaltar que nas aulas ministradas na aldeia indígena a experiência de alfabetização, no primeiro semestre letivo, com a inserção das letras do Toré tem como objetivo que os alunos aprender a ler e conhecer o alfabeto convencional sem se distanciar dos elementos culturais que caracterizam o seu povo, pois acreditam que esse aprendizado os leva a ficar mais perto de seu habitat natural e torna a educação indígena diferenciada, de fato e de direito, como preconiza a Constituição Federal de 1988, no artigo 215. Tânia Xukuru-Kariri enfatiza que

Para nossa educação ser diferenciada, nós professores indígenas temos que nos conscientizar sobre sermos diferentes, precisamos refletir sobre nosso modo de pensar para poder agir. Precisamos experimentar nossas ideias e procurar ter bastante firmeza na hora de passa-las para nossos alunos. (Tânia Xukuru-Kariri, *apud*, Gerlic, 2012, p.23).

Os professores utilizam o método interdisciplinar para alcançar um melhor resultado na aldeia, com a inserção de pesquisas e experiências trazidas de casa, dos pais fazem artesanato ou manipulam ervas na cura de algumas enfermidades. Essa prática levando os alunos a fazer pesquisas em casa, com os vizinhos e em outras aldeias como forma de socialização como seu espaço, das suas práticas e crenças e principalmente para assegurar a oferta de uma educação que valorize o saber local e promova a continuidade das práticas no futuro, principalmente dos aspectos religiosos do Ouricuri e da difusão dos vários tipos de Toré.

3.1.2 Tipos de Toré praticados pelos Xukuru-Kariri

O Toré recebe denominações específicas conforme a função a que se destina. Acontece em forma circular, giratória, com os passos marcados ao som dos maracás, o ritmo geralmente é definido pelo cântico e finaliza com gritos eufóricos onde os participantes externam imensa felicidade. Enquanto coreografia, é um bailado envolvente; enquanto religião e linguagem, é muito significativa para os Xucuru-Kariri e recebe várias denominações, conforme o sentido que lhe é dado: Toré de roda, cruzado, de lança, de buzos, das correntes, de passarinho e da chuva tipos como enfatizam Moreira, Peixoto e Silva.

Toré de **roda** que significa união do grupo entre si e com os outros. Nesse toré, os índios demonstram que independentes da situação ser de dor ou de alegria, eles estão juntos e firmes nos seus ideais.

Toré **cruzado** representa o amor em todos os seus sentidos. Para a comunidade não índia, é visto como uma espécie de ritual que antecede a prática do sexo.

Toré da **lança** significa guerra e é executado em momentos conflituosos como forma de buscar ajuda dos deuses para conseguir êxito em batalhas.

Toré do **buzo** é um momento muito introspectivo do grupo, pois significa um momento de profundo contato com suas entidades espirituais.

Toré da **corrente** simboliza as alianças firmadas com todos aqueles que valorizam e respeitam a cultura indígena...

Toré de **passarinho** representa um dos maiores valores do ser humano, a liberdade.

Toré da **chuva** significa a grandeza de Deus, o seu poder de gerar e manter a vida, de renovar a paisagem e de renovar o espírito de ser humano. (MOREIRA, PEIXOTO, SILVA, 2011, p.52-53).

De acordo com essa classificação, percebemos que os Xucuru-Kariri participam de, pelo menos, sete tipos de Torés e que são de grande relevância tanto para a aldeia como para a vida espiritual dos índios, pois a religião os define como nação indígena e é uma forma de

contemplarem sua essência através da fé e a certeza de manter sempre viva a cultura para as futuras gerações.

Como são visualizados nas fotos 10,11,12,13 e 14, podemos observar os índios Xukuru-Kariri em uma manifestação pública do Toré na aldeia Mata da Cafurna; realizando alguns tipos de Torés presentes na comunidade, estão paramentados com vestes tradicionais, cocas, maracás, buzos e pinturas no rosto. Ao redor, pessoas assistem a dança e contemplam a cultura indígena sendo passada entre as gerações, pois os índios que nesta foto aparecem, não são simplesmente participantes, são a concretização do saber dos antigos que será um alento de cultura guiando o modo de 'ser índio' para as gerações futuras.

Foto 10: Toré de Chuva



Fonte: Acervo pessoal 2016

Foto 11: Toré de Roda



Fonte: Acervo pessoal 2016

Foto 12: Toré de Buzo



Fonte: Acervo pessoal 2016

Foto 13: Toré de Corrente



Fonte: Acervo pessoal 2016

Foto 14: Toré de Passarinho



Fonte: Acervo pessoal 2016

As fotografias acima caracterizam os seus costumes um grito de liberdade e evidencia que, mesmo nos dias atuais, após longo processo de catequização e trabalho doutrinário engendrado pelas missões religiosas, alguns elementos culturais permaneceram como diacríticos, destacando o grupo diante da sociedade envolvente.

3.2. Prática, Interação e Liberdade no Toré Xukuru-Kariri

No universo ritualístico e cultural do Toré os povos indígenas se adaptaram a várias formas de expressão simbólica para se comunicarem uns com outros em seu ambiente social, passando a usar instrumentos musicais e vestes tradicionais para aperfeiçoar melhor o diálogo com a cultura. Este aprendizado foi se aperfeiçoando e ganhado espaço entre os grupos indígenas e passando para as futuras gerações sentirem orgulho de ser índio.

Esta invenção das culturas indígenas propiciou uma interação, união, comprometimento e sabedoria entre os grupos participantes, tornando para os mesmos um grito de liberdade na sociedade, pois este contato com o artesanato trouxe uma aproximação com a sociedade não indígena, onde a partir daí ganharam espaço na sociedade para se auto afirmarem como índios e mostrar à humanidade a contribuição dessa cultura étnica para a sociedade miscigenada.

Para acompanhar o canto do Toré são necessários instrumentos musicais como o maracá, a flauta ou o buzos. O uso de vestes como a saia da palha do Ouricuri, cocá, colar e pinturas corporais são feitas com tintas extraídas da madeira e da argila branca que são de grande relevância espiritual e simbólica. As vestes e os adereços não são obrigatórios, apesar de muito usados em apresentações públicas, apenas quando é importante criar um efeito visual que os distingue da plateia. Nesse caso, a pintura corporal e a arte plumária serão tomados como fronteira entre os índios e a plateia não indígena.

3.2.1 Instrumentos musicais.

O povo Xukuru-Kariri em suas práticas culturais faz usos de vários instrumentos musicais essenciais para iniciar o canto do Toré, considerado som mágico pelos mesmos, como o maracá, a flauta e os buzos, cada qual com seus significados e importância, o uso desses utensílios favorece a cura com o maracá, contato com entidades espirituais com o Búzio e a prática cultural com a flauta. Estes equipamentos são de grande relevância na dança do Toré porque além de abrilhantar a apresentação e o ritual os mesmos servem para beneficiar a comunidade em momento de necessidade, funcionando como portais entre o mundo material e o espiritual.

Adiante podemos observar, na foto 15, o coité com um furo, utilizado para a fabricação do maracá, depois de colhido, o fruto seco, é cortado para receber o formato do mesmo. Na foto 16, apresentamos o maracá depois de pronto, um dos instrumentos mais importantes na hora de iniciar o Toré, pois seu som transmite união, paz, felicidade e uma ligação com o sobrenatural; é considerado, pelos índios, a chave para abrir e fechar o ritual do Toré.

Foto 15: Coité



Foto 16: Maracás



Fonte: <http://www.portaldeartesanato.com>.

Fonte: Acervo pessoal 2016

Nas fotos acima observamos o maracá em diferentes estágios de fabricação (inicial e final). Este instrumento recebe uma conotação simbólica utilizado para a realização do Toré, o maracá transmite valores positivos para a cultura indígena e quando é executado apresenta um elo com o sagrado e os encantados tornando-se o instrumento mais importante no Toré.

Além do Maracá temos a Flauta e os buzos usados pelos Xukuru-Kariri; cada um tem seu papel importante no ambiente indígena. A flauta é um instrumento de sopro feito com madeira com formato de um tubo, ao ganhar formato o mesmo recebe uma iluminação de cores, servindo para ajudar e abrilhantar o rito do Toré. Já o búzio é um instrumento íntimo do grupo pois traduz um momento de profundo contato com suas entidades espirituais. É feito com dois

tubos de bambu, com mais ou menos um metro e cinquenta centímetros, dando acabamento com diversas cores para junto com o maracá e a flauta aperfeiçoar melhor o ritual do Toré.

Foto 17: Flauta



Fonte: Site: culturas indígenas no Brasil

Foto 18: Índios Xukuru-Kariri com o buzo



Fonte: Acervo pessoal 2016

Nas imagens acima, podemos observar a flauta e o búzio, elementos importantes para o grupo; a flauta aparece com uma diversidade de cores junto com adornos de penas; a foto nº 18 apresenta os índios Xukuru-Kariri em movimento de Toré com o buzo, onde o instrumento aparece pintado para melhor dar efeito visual a apresentação.

3.2.2 Vestes Tradicionais

Outro fator do processo histórico do povo Xukuru-kariri foi a aproximação com a utilização de algumas vestes tradicionais, como forma de reivindicação de seus direitos identitários. Esse grupo faz uso dos adereços para se auto afirmar como índios e passar para a sociedade não indígena um pouco da sua cultura e da sua identidade. Por conta da aproximação com a sociedade envolvente, esse elemento passou a ser cobiçado pela mesma, por conta de seu processo artesanal ser todo produzido com sementes naturais, colhidas na mata, passando por um processo delicado para ficar pronto.

Estão presentes também no ritual do Toré as vestimentas tradicionais como a saia de palha muito usada em apresentações, os colares, pulseiras, o cocá e as pinturas corporais que dão sentido a cultura indígena e ao fortalecimento do artesanato, ponto forte na economia da aldeia. Ao utilizarem esses adereços, os mesmos sentem-se felizes por mostrar ao não índio que são detentores de uma cultura que marca uma identidade. Vale ressaltar o poder que esses utensílios têm perante o grupo indígena, pois cada um tem seu significado e vantagens para os índios Xukuru-Kariri, como veremos na imagem a seguir.

Foto 19: Índio Xukuru-Kariri



Fonte: Site: Yandê. A rádio de todos

Na foto acima podemos observar o índio Xukuru- Kariri, da Mata da Cafurna, fazendo uso de alguns adereços usados para praticar o Toré, como o colar, a pulseira, pintura corporal, saia de palha e cocá na cabeça. Cada elemento tem sua importância para o grupo e para sua marca identitária. Os mesmos utilizam tais paramentos em apresentação fora da aldeia como forma de autoafirmação; fazem uso também na aldeia em ritual fechado como no Ouricuri e outros eventos religiosos.

Estes adereços são fabricados com material colhido na mata e até com peles de alguns animais criados para este fim. Os **colares** são produzidos com sementes, penas e ossos serrados, quando prontos, são utilizados pelos mesmos e também como forma de comércio artesanal para assegurar uma parte de seu sustento. A **pulseira** é também produzida com sementes, ossos e cordão. O **cocá** é confeccionado com penas de passarinhos entres eles a arara, o gavião, o pato, marreco e peru; estas penas ficam presas a uma tira de couro ou de cordão no topo da cabeça, o mesmo é utilizado como elemento religioso para proteger o usuário das forças negativas; é bastante usado em ocasiões especiais e tem um enorme valor simbólico. Quando é usado por lideranças, é tido como marca de respeito pelos demais membros do grupo.

Neste ambiente temos também a saia de palha feita com palha de Ouricuri. Serve de cobertura para o corpo e quando tal palha é usada como cocá, ficando acima do indivíduo, serve como proteção espiritual para ele. A pintura corporal, produzida com sementes, carvão, mel ou barro branco é usada pelos povos indígenas para se diferenciar do não índio e para estabelecer, através do seu traçado, um contato com o sagrado. São traços e formas feitas com tintas extraídas de corantes vegetais vermelhos como urucum, enquanto que a coloração azul marinho ou preta é conseguida pelo jenipapo ou pó de carvão; as pinturas são essenciais para o ritual. O corpo é decorado com desenhos geométricos para mostrar a perfeição e a liberdade na aldeia.

Vale ressaltar a importância da presença desses instrumentos e das vestes tradicionais para os Xukuru-Kariri no ritual do Toré, os mesmos são a concretização do saber dos antigos, caracterizados de acordo com seus costumes e evidenciam que, mesmo nos dias atuais, após longo processo de catequização e trabalho doutrinário engendrado pelas missões religiosas, alguns elementos culturais permaneceram como diacríticos, destacando o grupo diante da sociedade envolvente.

3.3. TORÉ: Formas de codificação no universo simbólico

Os cantos do Toré são criados a partir do momento em que afirmam uma identidade indígena para marcar determinados processos históricos; muitos cantos são executados a partir do ponto de vista dos encantados e são usados apenas para momentos de cura, no ritual fechado, no ‘Ouricuri’. Para Tânia Xukuru-Kariri “O canto para nós é vida” (p 04. Ano 2012) ...ou seja, a importância que Toré tem para o grupo e sua originalidade.

Estas formas de codificação acontecem sempre em um espaço sagrado, na mata, como o Ouricuri, porta essencial para a cura e libertação; alguns cantos revelam esse universo simbólico que serve para demarcar o ritual e permanecer fechado a cultura.

O ritual do Ouricuri é o fator principal de coesão grupal, dentro e fora do Ouricuri, mesmo com todo o processo histórico de expropriação da sua terra[...] se o espaço da Mata, por exemplo, já é, por definição desta cultura sagrados, e, se pensarmos radicalmente, todos os espaços tomados pela vida assim o são, o que o rito faz é empregar esta mata de novas sementes do sagrado. E assim, a obra do tempo no rito é fazer renascer no homem a sua origem. (HERBETTA, 1989 p.124)

De acordo com a citação podemos observar que o Ouricuri é o principal fator grupal dentro e fora da aldeia; é um espaço reservado apenas para os índios; seus códigos acontecem sempre neste ambiente como meios propulsores de manter viva a cultura indígena.

Desta forma fazemos uma análise de 5 cânticos do Toré do povo Xukuru-Kariri, buscando um entendimento das relações sociais e temas centrais para a elaboração da autoafirmação da comunidade, levando em consideração que estes cânticos acontecem em seus códigos e sua maneira particular apenas para os índios Xukuru-Kariri.

3.3.1. Desvendando o Toré dos Xukuru-Kariri

Os Xukuru-Kariri, afirmam-se como pessoas ao praticar seus traços culturais e a sua religião. O Toré é um lugar importante para o sujeito se identificar, se reconhecer e sentir inserido no universo cultural, é a chave para a cura e libertação, seus cânticos revelam mistérios que apenas os grupos reconhecem entre si.

Como podemos perceber no cântico abaixo, contrariando a teoria do politeísmo ou de um Deus diferente do Deus cristão, os índios são monoteístas e acreditam em uma divindade criadora. A ação dos portugueses, na catequese jesuítica, fez com que os indígenas adotassem os nomes do panteão religiosos católico para suas divindades.

Jesus

Eu venho cantando, eu venho louvando,

Ah! Ah! Jesus é meu Deus.

Eu venho cantando, eu venho louvando,

Ah! Ah! Jesus é meu Deus.

Eu venho cantando, eu venho louvando,

Ah! Ah! Jesus é meu Deus.

Xukuru-Kariri cantam para agradecer pelo dom da vida, pela mata, pelos rios, por sua vida na aldeia e principalmente, cantam em momentos de cura e de libertação. Cantam Torés em seus rituais como uma forma de externar sentimentos de devoção e cantam em momentos festivos e em apresentações públicas. Mais do que como sua religião, o Toré é sua marca de identidade.

O Toré de passarinho, apresentado a seguir, está relacionado a um índio encantado, onde muitas das vezes vem relacionado com um pássaro. Neste universo, quem tem a capacidade de voar, está direcionado ao alto, onde explica a existência de alguns encantados.

Passarinho

Oh! Passarinho está cantando

Oh! Passarinho está chamando

Oh! Passarinho está cantando

Oh! Passarinho está chamando.

Este Toré evidencia a importância da manutenção da distância longa entre o céu e a terra, onde isto indica que os Xukuru-Kariri possuem pelo menos dois patamares um alto e outro baixo, para se tratar com suas entidades espirituais, pois passarinho é o termo usado para designar um encantado no seu universo simbólico e ritualístico.

No próximo Toré, sua letra explica sobre um período de repressão, onde os povos indígenas foram obrigados a falar o português e aceitar a língua do colonizador, porém, muitos índios passaram a rejeitar a troca de linguajar e passaram a se comunicar através do Toré, passando avisos e orientações sem que os invasores compreendessem por isso a expressão “fita verde amarrada na garganta”.

TORÉ: “Fita Verde”

Minha gente venha ver
 Os caboclos como cantam
 Com um laço de fita verde
 Amarrado na garganta
 Youyou lê lara
 Youlêlêlêlêarrieia aira

Neste Toré o termo venha ver está ligado ao chamado para contemplação da sua existência é um código acústico relacionado a ação de cantar e à distância pequena; os caboclos são os índios que participam do momento ritualístico; o termo fita verde amarrado na garganta está relacionado a repressão e aos sofrimentos enfrentados pelos povos indígenas. Cantam esse tipo de Toré para evidenciar o silenciamento a as perseguições que seus antepassados sofreram com a proibição de praticar os seus rituais e de falar a sua língua materna, sendo obrigados a seguir uma cultura portuguesa.

O Toré transcrito a seguir, ressalta o poder da união dos sujeitos do grupo para a conjunção dos dois espaços, o céu e a terra, e da ligação entre o encantado e o índio. Percebemos nesse canto a presença do encantado no momento em que o ritual está prestes a terminar. O verso explica sua partida, destaca que os encantados vieram de Aruanda, vieram do céu, pois para suas concepções o termo Aruanda significa o céu, o paraíso da liberdade.

TORÉ: “REYOU REYÁ”

Boa noite meus parentes! É porque chegou a hora!
 Boa noite meus parentes! É porque não é nada!
 Lololelaiá
 Nós viemos de Aruanda
 Heiahá, heihi!

Nessa ótica, percebemos a ligação entre o céu e a terra, um contato forte com as entidades espirituais que geraram grandes guerreiros na aldeia, com vontade de viver, respeitar e valorizar a sua cultura para, posteriormente, a transmitirem aos seus descendentes como um

modo de fortalecer seus laços de fé e sintonia com o sagrado, além de se configurar em importante elemento de força e resistência.

Já na letra do próximo Toré observamos uma forte ligação entre o povo Xukuru e a mãe Tamain, conhecida por Nossa Senhora das Montanhas (ou simplesmente a Natureza). A divindade recebeu este nome por conta de seu poder e de sua imensidão. É uma santa muito respeitada e invocada como protetora dessa comunidade.

**Nossa Sra. das Montanhas/Nossa Mãe Tamain: O rosto arredonda
De como o de uma “cabocla”**

“Nossa Senhora das Montanhas “Oi, arreia, arreia, arreia
É uma santa de valor Tamain arreia, arreia (bis)
Quem achou ela na mata, Deus no céu e índio na Terra (bis)
Foi o índio caçador. vamos ver quem pode mais
Arreia, arreia, arreia, arreia
É Deus no céu e índio na Terra” Oi, arreeia! ”

Este canto revela a importância da fé no sagrado, o comprometimento com a religião uma vez que dela emana a cura e as orientações espirituais. Os índios cantam para agradecer a Deus por terem encontrado a santa que protege a aldeia, por isso que cantam para agradecer a Deus no céu e ao índio na terra, destacando a ligação entre o divino e o humano.

Os Torés transcritos são apenas alguns dos muitos cantados publicamente pelos Xukuru-Kariri. São cantados cotidianamente na aldeia e nos espaços públicos onde aqueles indígenas se apresentam. Enquanto religião, têm a função de abrir um canal de comunicação com o mundo dos encantados, com os seus antepassados que se materializam no ritual, realizam curas e primam pela proteção da população que vive na aldeia.

Os cânticos e as danças, tem para os indígenas a capacidade de fazer lembrar eventos do passado, relembrar lutas, batalhas, conquistas e perdas, mas servem, fundamentalmente como elos que os mantêm ligados ao passado, de onde buscam ensinamentos para projetar o futuro. E, pois, mais do que uma performance ou um bailado, é uma forte marca identitária e uma fronteira com o mundo à sua volta.

A dança do Toré tem o seu compasso marcado pelo som dos maracás e das gaitas ou flautas. À frente, conduzindo a execução, tem puxadores ou cantadores que definem os Torés e o ritmo da coreografia circular, sempre em sentido anti-horário. Os puxadores podem ser lideranças, pajés, caciques ou qualquer indivíduo que tenha vida religiosa na aldeia. Geralmente, nas apresentações públicas, são executados três Torés para a abertura do evento e

só após isso, a plateia é convidada a se incorporar a coreografia que pode ser executada em uma grande roda com os indivíduos em fila indiana ou aos pares, dançando e girando. Nesse caso, o evento é folclórico e festivo, mas para os indígenas, é sempre um ato de evocação do seu sagrado

O Toré enquanto afirmação étnica é uma atividade religiosa de salutar importância, uma vez que os índios depositam toda sua fé em uma coreografia, externando uma devoção inquestionável pelas suas práticas religiosas, colocadas em primeiro lugar por ser o elemento usado como fronteira com a sociedade envolvente desde o período da colonização do Brasil. É, no caso dos povos indígenas do Nordeste, o diacrítico singular que os define como tal.

CONCLUSÃO

Este trabalho serviu de ponto de partida para fortalecer os conhecimentos adquiridos na Universidade e proporcionou conhecer mais de perto sobre a prática do ritual do Toré, ritual que se fortaleceu durante o período de silenciamento devido perseguição forte do colonizador e que hoje conquistou seu espaço na sociedade, nas comunidades indígenas e no mundo espiritual.

Na conclusão deste trabalho, torna-se necessário tomar algumas considerações para compreender a cultura indígena desta comunidade. Como a dança do Toré que está ligada

diretamente com a natureza indígena, pois os mesmos acreditam que tudo funciona através desse contato com o Toré.

Analisamos que com o período da colonização os povos indígenas encontraram estratégias de sobrevivência e parti dessa estratégia começaram a praticar o ritual Toré como elemento essencial para o fortalecimento cultural. O ritual do Toré é considerado a marca identitária dos povos indígenas, pois é através dessa manifestação cultural que ganham força, respeito, obediência e experiência a partir terem orgulho de suas raízes identitária.

Vale ressaltar que durante anos os povos indígenas viveram sobre massacres e perdas irreparáveis que ocasionou em muitas aldeias a perda de seus rituais e sua língua materna, sendo obrigados a seguir uma cultura diferente da sua. Nesse contexto percebemos que diante desse sofrimento muitos grupos ficaram na passividade como forma de silenciamento, como meios de resguardar suas culturas. Por isso o povo Xukuru-Kariri permaneceram intactas suas culturas e hoje são agentes ativos de sua própria história.

Com isso o Toré tem um significado emblemático da etnicidade, da cultura e religiosidade dos povos indígenas, caracterizado por músicas, danças ritualísticas, ingestão de bebidas como a jurema que proporciona acesso ao mundo espiritual, onde cada característica tem seu valor onipotente. Além disso, analisamos o Toré em vários tipos de comunidades indígenas cada qual com seu tipo de Toré ritualizado, ou seja, cada grupo étnico possui seu tipo de Toré e passam essa experiência aos demais grupos da aldeia.

Contudo, esse universo ritualístico permite uma relação com a população envolvente, ou seja, os índios, para partir daí as futuras gerações sentirem orgulho de ser índio, perceber seu valor incontável que tem na sociedade, ou seja, toda a sociedade tem o livre arbítrio para viver e ser feliz, dependendo da etnia ou religião que exerça.

Através do Toré podemos perceber que a crença a cada momento se renova por intermédio de alguns elementos como: pedido, graça alcançada, pagamento de promessa e por esse contato constante com o mundo sobrenatural. O ritual do Toré representa estas relações, é neste universo ritualístico que o indivíduo se sente mais próximos de suas entidades religiosas.

Este trabalho foi desenvolvido a partir da observação do principal ritual praticados pelos Xukuru-Kariri, não apenas como fonte de indianidade e nem como fonte identidade, mais como uma celebração de crenças que unem todos os membros de uma comunidade em torno de um ritual. A realização desse trabalho propiciou um novo olhar na identidade indígena, no seu ambiente religioso e nos símbolos que são valorizados de geração em geração. Pois o Toré é um ritual que se renova a cada dia através de seu contato com suas entidades espirituais, ganhando força, experiência, conhecimento para perpetuarem suas culturas.

Durante a realização da pesquisa, surgiram vários desafios em questão ao Toré, pois o mesmo é caracterizado como maior vivência sagrada dos povos indígenas, esse contato trouxe um pouco de receio em pesquisar essa linha, porém ao longo dos estudos e participações em eventos percebemos o quanto é necessário à nossa contribuição em prol das comunidades indígenas, para levarmos aos que desconhecem e negam a identidade desses povos, um novo olhar e respeito social.

Diante da reflexão acima, faz-se necessário conhecer a importância da aldeia Mata da Cafurna e as vivências históricas de seus habitantes, buscando entender as relações com seu espaço religioso, o Toré. Perceber quais são os aspectos simbólicos expressos na aldeia e quais significados da aldeia para o espaço ritualístico e, assim, perceber as práticas, os saberes e suas interpretações, que o Toré representa para a comunidade envolvente. Dessa forma, essa pesquisa visa contribuir com a nova historiografia indígena, desprendendo da visão tradicional e desconstruindo a visão estereotipada sobre esses povos e contribuir para uma maior visibilidade na sociedade exterior.

Espera-se com essa pesquisa servir de base teórica para outros estudos na área, incentivar outras pessoas a questionar sobre o tema e contribuir para a divulgação da tradição cotidiana da comunidade, orientar que a prática do Toré faz parte da identidade brasileira, por ser um folguedo ritualístico para diversão e espiritualidade e que está presente no nosso cotidiano.

Portanto, foi de grande relevância a realização desse trabalho na Aldeia Xukuru-Kariri Mata da Cafurna sobre o ritual Toré, um tema muito delicado mais que traz uma simbologia de força e coragem para que participam da religião, um povo que traz em sua trajetória um processo histórico marcado por forte influência do colonizador, mais que mesmo assim adquiriram forças e fé no sagrado, para suprir esse processo de invisibilidade marcada pelo preconceito, para mostrar à humanidade a contribuição dessa cultura étnica para a sociedade miscigenada.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício Andion. **MORTE E VIDA “ DO NORDESTE INDIGENA” a emergência étnica como fenômeno.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 57-94. Histórico regional.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na História do Brasil.** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura/** Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Cláudia Renata Gonçalves, - 2. Ed.- Belo Horizonte: editora UFMG, 2014.

CAMINHA, Carta de Pero Vaz de. **Carta a El Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil.** São Paulo: Martins Claret, 2007.

GERLIC, Sebastián (Org.) **Índios na visão dos índios: Somos Patrimônio**. Salvador: Thydêwá, 2011.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azevedo. **Toré: regime- encantado do índio do Nordeste**. Recife: Fundaj, editora Massangana, 2005.

GOMES. Alexandre Oliveira. **O Torém entre o Folclore e a Antropologia: Pesquisas de Campo e Escrita da História entre os Tremembé de ALMOFALA (1940-1955)** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

HANNERZ. Ulf. **Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-Chave Da Antropologia Transnacional**. MANA 3(1): 7-39, 1997.

HECK, Dionísio Egon; SILVA, Renato Santana da; FEITOSA, Saulo Ferreira (organizadores) **Povos indígenas: aqueles que devem viver** – Manifesto contra os decretos de extermínio. – Brasília: Cimi – Conselho Indigenista Missionário, 2012, 192p.

HERBETTA, Alexandre Ferraz: **Peles Braiadas Modos de ser Kalankó**. Doutorado de ciências sociais (Antropologia). São Paulo 2011.

MOREIRA, Ana Cristina de Lima. PEIXOTO, José Adelson Lopes. SILVA, Tiago Barbosa Da. **Mata da Cafurna: Ouvi Memória, Contar História: Tradição e Cultura do Povo Xucuru- Cariri** Maceió: Edições Catavento, 2010. 104p.

MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. **Os Caminhos da Aldeia... Índios Xucuru-Kariri em Diferentes Contextos Situacionais** Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre, Recife 1994.

MENDONÇA. João Martinho de. **Os Movimentos da Imagem da etnografia a reflexão antropológico: experimentos a parti do acervo fotográfico do professor Roberto Cardoso de Oliveira**. Campinas 2000.

MOTA. Clarice Novaes Da. **Performance e Significações do Toré: O caso dos Xocó e Kariri-Xocó**. Regime encantado do índio do nordeste organizador: Rodrigo de Azevedo Grunewald. _ Recife: Fundaj, editora Massangana, 2005.

MOREAU, Felipe Eduardo. **Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta** — São Paulo: Annablume, 2003.

Mônica Antunes e André Wittner (passos) | Produção: Patrícia do Lago | Criação: e execução Mara Sambugaro (para Ateliê Maria Sem Vergonha - Arte em Cabeça) | Ambientação: Futon & Home: www.google.comhttp://www.portaldeartesanato.com.br/materias/53/artesanato+com+caba%C3%A7. Data 20- 09- 2017 às 14hs: 44 min.

MACHADO, Felipe. Difusora 890, 24 Horas no ar. Disponível em. <http://difusora890.com.br/22-de-abril-dia-do-descobrimento-do-brasil>. 22.04.216. Acesso em 28-set -2017 às 8hs: 25 min.

NEVES, Rita de Cássia Maria. **Identidade, Rito e Performance** no Toré Xucuru. Regime encantado do índio do nordeste organizador: Rodrigo de Azevedo Grunewald. Recife: Fundaj, editora Massangana, 2005.

OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha: **A Presença Indígena na Formação do Brasil** / – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

PALITOT, Estêvão Martins. JUNIOR, Fernando Barbosa de Souza. **Todos Os Pássaros do céu. O Toré Potiguara. Regime encantado dos índios do Nordeste** organizador: Rodrigo de Azevedo Grunewald. Recife: Fundaj, editora Massangana, 2005.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: de Varnhaven a FHC/ 3º Ed.-** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SILVA, Cristiano Barros Marinho Da. **Índios do Nordeste: Temas e Problemas 5: Vai-te para onde não canta galo, nem boi urra...** Diagnóstico, Tratamento e Cura entre os Kariri-Xocó: Organizador Luiz Sávio de Almeida. – Maceió: EDUFAL, 2004. Xxii, 123p. : il.

SILVA, Anderson Barbosa Da. **Rituais Jiripankó: Um Olhar Sobre o Sagrado dos Índios do Sertão de Alagoas.** 2013. Monografia (Licenciatura Plena em História UNEAL, AL). SILVA JUNIOR, Aldemir Barros da: **ALDEANDO SENTIDOS: os Xukuru-Kariri e o serviço de Proteção aos Índios no Agreste Alagoano.** Salvador, 2007.

Site: tribuna do Sertão: Do Sertão ao Litoral a opinião que alagoas deseja saber. Disponível em. <http://www.tribunadosertao.com.br/2015/08/aos-126-anos-o-que-palmeira-deseja-ser>. Acesso em 28-set-2017 às 8hs: 17min.

Site: Mapas blog. Disponível em <http://mapasblog.blogspot.com.br/2011/11/mapas-de-alagoas.html>. Acesso em 28-set-2017 às 8hs:38min.

Site: culturas indígenas. Disponível em <http://culturasindigenasdobrasil.blogspot.com.br/2013/04/instrumentos-musicais-indigenas.html>. Acesso em 28-set-2017 às 8hs:51

Site: Yandê. A rádio de todos. Disponível em http://radioynde.com/default.php?pagina=blog.php&site_id=975&pagina_id=21862&tipo=post&post_id=632. Acesso em 28-set -2017 às 9hs:00.

